



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

ANTÓNIO JORGE GOMES GIROTO

**O diálogo e a conversão, caminho de uma ecologia
integral**

Análise crítica e lecionação de “Ecologia e Valores”

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob a orientação de:**

Prof. Doutor José Pedro Lopes Angélico

Porto
2017

Resumo: Este relatório é resultado da prática de ensino supervisionada referente à unidade letiva “Ecologia e Valores”. Procuramos refletir sobre a temática da ecologia, buscando as suas raízes e principais desenvolvimentos, bem como a sua inserção no ensino e pronunciamentos da Igreja católica e os dados preocupantes que fazem desta questão um imperativo moral. À luz da *Laudato Si'*, refletimos sobre o diálogo e a conversão como caminho de uma ecologia integral, baseada numa “cultura do cuidado” para com toda a criação, valorizando a natureza e todos os seres vivos que a constituem e sobrevalorizando o homem, centro e cume da atividade criadora de Deus. Está incluída também uma análise crítica da prática letiva bem como os documentos didáticos/curriculares que estiveram na sua génese.

Palavras-chave: Ecologia, questões ambientais, dignidade humana, diálogo, conversão, “ecologia integral”, currículo, didática.

Abstract: This report is the result of the supervised teaching practice regarding the “Ecology and Values” school unit. We have tried to reflect on the issue of Ecology, searching for its roots and chief developments, the educational framing and the Roman Catholic Church teachings, as well as for the worrying data which make this issue a moral imperative. In the light of the *Laudato Si'*, we have reflected on the dialogue and conversion understood as a path to an integral ecology, based on a “culture of care” towards the whole Creation, which values nature and all the living beings, and overvalues the human being as the axis and apex of all God’s creative activity. It is also included a critical analysis of the teaching practice as well as the didactical/curricular documents that were derived.

Keywords: Ecology, environmental issues, human dignity, dialogue, conversion, “integral ecology”, curriculum, didactics.

Introdução

“Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer?” (LS 160)

Esta interrogação do Papa Francisco na Carta Encíclica “Laudato Si” serve de mote ao trabalho que agora apresentamos e que resulta da prática de ensino supervisionado que realizamos, bem como da revisão da literatura e do projeto de ecologia integral proposto no referido documento papal.

A questão ecológica está na ordem do dia e assume hoje relevância e unanimidade que poucos temas tiveram. Acontecimentos como a XXI conferência das Partes – Paris, ou o lançamento da “Laudato Si” recolocaram na agenda internacional o estado do mundo em que vivemos. Reconhecer a crise ecológica em que estamos imersos e a sua raiz humana é passo fundamental para invertermos este ciclo, já prolongado, de destruição do ambiente e de destituição da dignidade de cada ser humano e de todas as criaturas.

Não faltam documentos que comprovem que a “pegada ecológica” está a ser demasiado profunda e que as consequências para a humanidade e para o mundo serão dramáticas, podendo até, em último grau, ditar o fim das condições de vida e de habitabilidade do planeta e a impossibilidade da realização humana.

A unidade letiva (UL) quarta do oitavo ano, “Ecologia e Valores” aborda este tema procurando conhecer o estado do ambiente e do homem, ao mesmo tempo que propõe valores que iluminem e conduzam a ação humana rumo a um horizonte de sentido. Não restam dúvidas que o sistema educativo, juntamente com os grupos sociais primários, nomeadamente a família, têm um papel fundamental na inversão deste caminho que percorremos sem a noção clara de que nos levará ao abismo.

No nosso trabalho pretendemos abordar este tema partindo de estudos sobre os problemas ambientais mais graves, apresentando-os, bem como a uma breve resenha histórica da ecologia e do seu aparecimento e desenvolvimento nos documentos da Igreja. Debruçar-nos-

emos depois sobre as principais propostas que derivam da Carta Encíclica “Laudato Si’”, nomeadamente no que se refere ao diálogo, à conversão ecológica e à ecologia integral. No final apresentaremos parte do trabalho efetuado na lecionação da “UL” na Escola Básica Vallis Longus.

Assim, subdividindo o primeiro capítulo em três partes distintas mas interligadas, procuramos conhecer, ainda que de forma breve, a história da ecologia, desde Haeckel aos nossos dias. Estudamos as raízes e as questões fundamentais, bem como os principais discursos e autores do passado mais recente. Ainda nesta parte referimos os principais acontecimentos e instituições mais relevantes em que destacamos o precioso contributo da “Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente” e os seus encontros mais marcantes.

Na segunda parte deste capítulo percorremos a história recente da Igreja e os pronunciamentos que julgamos mais importantes desde o II Concílio do Vaticano, passando pelos papas João XXIII, Paulo VI e Bento XVI, aprofundando mais os contributos do longo papado de São João Paulo II.

Terminamos este capítulo definindo mudanças climáticas e a responsabilidade do ser humano nessas alterações procurando enunciar os problemas socio-ambientais mais candentes, apresentando-os nas suas dimensões e profundidade com os mais recentes dados da ciência.

No segundo capítulo pegamos diretamente na Carta Encíclica sobre o estado da casa comum e começamos por apresentar o diálogo realizado e que culminou na publicação da Carta, bem como do diálogo proposto para que a crise ecológica possa ser atenuada. Os principais atores internacionais e locais têm uma importância fulcral na mitigação da crise, como havemos de demonstrar. Apontamos ainda alguns critérios inspiradores do diálogo de forma a torna-lo profícuo.

A ecologia integral constitui-se como o conceito-chave da proposta apresentada pelo Papa Francisco. Das suas dimensões, nomeadamente da social e ambiental, falamos logo

depois, propondo um princípio iluminador, “o Bem-comum” e outros princípios que permitam compreender a profundidade e abrangência do conceito.

Ainda no segundo capítulo apontamos caminho a percorrer através e para uma “conversão ecológica”, com os pontos de uma “mística” que a anime, bem como das principais motivações e virtudes conducentes a um novo estilo de vida.

Por fim, o terceiro capítulo reflete a prática de ensino supervisionada. Nele caracterizamos o meio em que nos inserimos para a prática docente, apresentamos os instrumentos de gestão do currículo que presidiram à nossa ação, a planificação das seis aulas da unidade letiva, “Ecologia e Valores”, das trinta que lecionamos, os recursos e documentos enriquecedores e os instrumentos de avaliação necessários para julgar e melhorar a prática de ensino-aprendizagem. Terminamos com as atividades de enriquecimento curricular em que podemos ser parte ativa e com o necessário balanço crítico do nosso desempenho.

Ancorados pela melhor e mais recente bibliografia levamos a cabo esta tarefa a fim de, também nós, nos sentirmos instrumentos e atores para a criação de uma nova cidadania, capaz de tornar o mundo um lugar melhor para todos os homens e para a restante criação.

Ecologia-
Estado da Questão

Capítulo I

1. Um século de ecologia

1.1 Aparecimento da ecologia, seus domínios e importância

A ecologia atingiu um grau de importância elevado nos últimos tempos. Este estatuto que veio a alcançar no final do século XX tem uma longa história, um passado abrangente e complexo. Procuramos no início deste trabalho apontar algumas definições de ecologia, passar pelas suas raízes e pelos momentos mais marcantes como sejam a criação de organizações internacionais de defesa do ambiente e os encontros que nortearam a ação ecológica nos tempos mais recentes.

É a Ernst Haeckel (1834-1919) que devemos a origem da palavra ecologia e as suas primeiras definições, quando já havia movimentos de proteção da natureza a dar os primeiros passos. Haeckel construiu uma palavra a partir de dois vocábulos gregos – *oikia* e *logia* – ecologia seria assim a ciência da casa, do habitat, do lugar onde se vive. Poder-se-á definir a ecologia como o estudo das “relações dos organismos ou grupos de organismos com o seu ambiente, ou a ciência das inter-relações que ligam os organismos vivos ao seu ambiente” (Odum, 1988, p. 4). Numa aceção mais atual, diríamos que a ecologia é o estudo da estrutura e do funcionamento da natureza, considerando a humanidade como parte dela ou ainda como “a totalidade ou o padrão das relações entre os organismos e o seu ambiente” definição apresentada no Webster’s Unabridged Dictionary citado em Odum (idem).

A definição de Haeckel, de 1866, contem os elementos mais importantes e necessários para conhecermos o âmbito desta ciência:

“Por ecologia nós entendemos toda a ciência das relações do organismo com o ambiente, incluindo, de maneira geral, todas as “condições de existência”. Estas são de natureza em parte orgânica e em parte inorgânica; ambas, como mostramos, são da maior importância para a forma dos organismos, porque os forçam a adaptar-se. Entre as condições inorgânicas às quais todos os organismos devem adaptar-se pertencem, em primeiro lugar, as propriedades físicas e químicas de seu habitat, o clima (luz, calor, condições atmosféricas de humidade e electricidade), os nutrientes inorgânicos, a natureza da água e do solo etc. Como condições orgânicas de existência consideramos todas as relações do organismo com todos os outros organismos com os quais ele

entra em contato, e dos quais a maioria contribui ou de maneira vantajosa ou danosa. Cada organismo conta entre os demais organismos seus amigos e inimigos, aqueles que favorecem sua existência e aqueles que a prejudicam. Os organismos que servem de alimento orgânico para outros ou que vivem sobre eles como parasitas também pertencem a esta categoria de condições orgânicas de existência” citado em (Avila-Pires, 2005, p. 31).

O termo ecologia é usado não apenas para designar a ciência biológica de estudo dos ecossistemas, mas também a sua defesa, salvaguarda e proteção. A Enciclopédia Católica Popular (Falcão, 2004) divide a ecologia em dois, natural e humana, dizendo da primeira que “É o movimento de opinião e de ação tendente a preservar a natureza e o meio ambiente das agressões provocadas pelo seu uso descuidado e pelo progresso irracional (poluição dos ares, terras e mares, consumo indiscriminado de matérias-primas e combustíveis, deflorestações anárquicas, extinção de espécies...)”.

Relativamente às raízes da ecologia, encontramos três: tradição conservacionista, tradição humanista e tradição do perigo atômico (Schmidt, 2008, p. 3). A tradição conservacionista ou naturalista centra-se na preocupação pela proteção da natureza e dos seus recursos, ao passo que a segunda raiz se refere à proteção dos seres humanos. Por fim, o perigo atômico tornou-se real e experimentado depois da bomba de Hiroshima-Nagasaki. A energia atômica e as descobertas que a ela levaram mudaram tudo, menos a nossa forma de pensar, afirmou Einstein, apontando para o desinteresse e até para uma certa negligência do homem. É a própria sobrevivência da humanidade que fica em jogo (Beaud & Bouguerra, 1995, p. 19).

A origem da ecologia e dos movimentos ambientalistas parte de duas questões relacionadas, indissociáveis, o desenvolvimento e o ambiente. O paradigma de crescimento baseado na industrialização e no consumo criam sérias dificuldades à natureza na medida em que a vão destruindo, mutilando e aniquilando. No fundo o que se procura é manter o melhor dos dois mundos, do desenvolvimento sem comprometer o ambiente. Surgem assim discursos ambientalistas, que de acordo com Dryzek são uma “forma coerente de interpretar o mundo e os seus problemas ambientais e de os procurar resolver”(Santos, 2007, p. 501).

O primeiro discurso baseia-se nos limites e na dificuldade de agir. Bebe muito do que refere o relatório “The Limits to Growth” publicado pelo Clube de Roma (Meadows, Meadows, Randers, & Behrens III, 1972). A ideia fundamental deste discurso é a de que estaremos a ultrapassar todos os limites no que se refere ao uso da natureza, ao ponto de estarmos a ultrapassar a linha do irremediável e um ponto sem retorno. Sem nada se fazer de diferente, poderemos vir a assistir a um colapso do ecossistema terra ou, pelo menos, a colocar em risco a vida daqueles que virão depois de nós. A indiferença, ignorância, negligência ou simples negação do problema ecológico está a tornar mais grave a questão, passando a solução por criar ações concretas que possam ir mudando a atuação do homem. Esta só mudará verdadeiramente e de maneira duradoura se a humanidade se aperceber dos limites e fizer algo de efetivo pelo planeta. Hellbroner, Brown e Dumont são alguns dos autores que alimentam este discurso, hoje menos alarmista e mais fundamentado que em 1972, aquando do lançamento do relatório “Limites do Crescimento”, a que já fizemos referência (Santos, 2007).

O segundo discurso, denominado prometeico, oposto ao que referimos, parte de uma confiança ilimitada no homem e na sua capacidade inventiva, no progresso e na tecnologia, acreditando que tudo poderá vir a ser por eles resolvido. Consequência deste discurso é aceitar o abuso atual e contínuo a que a natureza tem sido sujeita, com a convicção de que tudo se resolverá no futuro, incluindo os problemas de natureza ambiental. Destacaria a título de exemplo os presidentes dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan e George w. Bush, que não enfrentaram os problemas ecológicos esperando uma solução fácil e quase mágica (Santos, 2007).

Surgem mais discursos para além dos enunciados: o da ecologia profunda e o da ecologia social. Referimo-los porque nos podem ajudar a compreender melhor o momento atual da defesa do ambiente. A ecologia profunda baseia-se na igualdade biológica de toda a natureza, incluído o ser humano, sendo por isso biocêntrica. Nesta abordagem radical o homem é, por assim dizer, apenas mais um ser vivo. O seu principal autor é Arne Naess, filósofo norueguês.

Em oposição, encontra-se a ecologia social, proposta por exemplo por Murray Bookchin, que procura colocar o homem num lugar central da natureza e estuda as interrelações entre ambos (Santos, 2007). É o papel do homem, a sua grandeza e dignidade, que estão aqui a ser tidos em conta.

Por fim, apresentamos de forma breve outros pontos de vista. Ao primeiro chamaremos ambientalismo dos pobres, por surgir nos países em desenvolvimento. Este discurso ambiental baseia-se na defesa dos recursos naturais dos seus países que tantas vezes são delapidados sem que o retorno financeiro fique no seu país. Surgiu ainda o ecofeminismo que procura responsabilizar o estilo de sociedade patriarcal pelo estado atual do ambiente. Podemos ainda assinalar a ecoteologia que tem sido construída dentro de cada Igreja e religião, mas também em pronunciamentos conjuntos, nomeadamente no que se refere ao Conselho Mundial das Igrejas (WCC) (Santos, 2007). As religiões, sobretudo o cristianismo e o judaísmo, tiveram necessidade de se expressar e defender, depois de uma crítica dura e responsabilizadora por parte de Lynn Whyte que atribui a crise ecológica a ambas, por razão de aprovar o “domínio” da terra e ainda por um antropocentrismo exacerbado (White, 1967).

Como apresentamos, a crise ecológica debruça-se sobre três pilares essenciais: os fundamentos da vida, a qualidade da vida e o respeito pela vida (Schafer-Guignier, 1999). A função do ser humano na natureza, o seu bem-estar e a possibilidade que tem de uma vida digna e livre, são desafios sempre relevantes para quem estuda a defesa do meio ambiente e procura que o homem de hoje se realize sem comprometer o futuro de quem virá depois de si.

1.2 Acontecimentos, autores e instituições mais relevantes

Sem pretender ser exaustivo, procurando apenas fornecer uma panorâmica geral, mostramos alguns dos acontecimentos e instituições importantes do movimento ecológico.

À semelhança da industrialização, os primeiros movimentos e leis de defesa do ambiente surgiram em Inglaterra. Em 1843 surgia a “Manchester Association for the Prevention

of Smoke” e logo lhe seguiram outras como “Open Spaces and Footpaths Preservation Society”, em 1965, “East Riding Association for the Protection of Sea Birds” de 1867 e três anos mais tarde a “Association for the Protection of British Birds”. Surgiram também leis para proteger os trabalhadores e a sua saúde, a primeira das quais “Britain’s Alkali and Public Health Acts”. Nos Estados Unidos da América o último quarto do século XIX viu aparecer a “American Ornithologists Union”, a “Audubon Society” e a mais ativa, o “Sierra Club” com o desejo de preservar os recursos naturais das serras da Califórnia. A criação do parque “Yosemite” e a resistência à criação da barragem de “Hetch Hetchy” foram duas oportunidades não desperdiçadas dos pioneiros da defesa do ambiente se expressarem e marcarem a sua posição (Schmidt, 2008).

Até à I Grande Guerra foram criadas instituições e convenções de defesa da fauna e da flora, realizando-se o primeiro congresso internacional para a proteção da natureza em Paris, no ano 1909. A Guerra viria a atrasar demasiado o movimento ecológico porque valores mais imediatos se levantaram.

Entre as duas guerras mundiais não houve senão acontecimentos pontuais, como a criação do primeiro parque nacional, na Europa, localizado na Suíça, o aparecimento do Comité Internacional para a Proteção das Aves e uma conferência em Washington sobre a poluição provocada pelos navios e no ambiente marítimo. De assinalar ainda uma das maiores crises ambientais, na década de trinta, nos Estados Unidos, designada “Dust Bowl”, um fenómeno de tempestades de areia, várias vezes repetido, que prejudicava a agricultura (Beaud & Bouguerra, 1995).

No pós-guerra, apareceram instituições internacionais que procuraram preservar e conservar a natureza, assegurar a paz e o bem-estar. Destacamos as seguintes: 1945, FAO, 1948, União Internacional para a Conservação da Natureza, 1961 – Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Muitas outras se lhe seguiram bem como convenções internacionais para defesa de

elementos naturais. É a partir de 1972 que o desenvolvimento desta questão atinge o seu apogeu, como veremos a seguir.

Alguns autores, ao publicarem as suas ideias, conseguiram agitar a opinião pública e fazer com que os responsáveis políticos tomassem atitudes de defesa do meio ambiente. Em 1949, Aldo Leopold publicou “A sand country Almanac”, defendendo uma ética da terra e um relacionamento responsável entre os que a habitam. Um físico francês, Charles-Noel Martin, publicou em 1955 “L’eure H a-t-elle Sonné pour le monde?”, livro que assustou os seus leitores com uma visão alarmista. Aquele que mais impacto teve foi publicado em 1962, “Silent Spring” de Rachel Carson. Este livro partiu de base científica, qualificou os pesticidas como biocidas, e com os seus argumentos e energia criou uma ampla base social de apoio. As suas traduções rapidamente se difundiram sendo prefaciadas pelas autoridades mais importantes dos países e da matéria ambiental, o que também contribuiu para o seu sucesso. Os temas incluíam ainda a guerra que o homem faz à natureza e alguns resultados que já podiam ser elencados. De Jean Dorst surgiu “Avant que nature meure”, em 1965, que procura defender a biosfera mas também o homem no que tem de mais especial. Por fim, referir ainda uma expressão de René Dubos, que se tornou célebre, “Pensar globalmente, agir localmente” (Beaud & Bouguerra, 1995), tornando-se um modelo da ação ecológica.

Não poderíamos citar os principais livros e autores sem nos referirmos ao “The Limits to Growth” (Meadows et al., 1972). Este relatório nascido da atividade do “Clube de Roma, que tinha sido criado quatro anos antes por um industrial italiano, Aurelio Peccei, reunia no seu seio um conjunto de pessoas ilustres de várias áreas, desde a política à ciência. O conteúdo era quase escandaloso, tal o choque que provocou na opinião pública, ao apontar a finitude do mundo e as limitações que surgiriam se mantivéssemos este nível e qualidade do crescimento. Entre as questões e propostas fundamentais estão o controlo do crescimento populacional, o problema das indústrias poluentes, a futura falta de alimentos e o esgotamento dos recursos

naturais. O livro foi como “um trovão num céu quase sereno” (Beaud & Bouguerra, 1995) e constitui-se como o grande eixo de viragem nas questões ecológicas.

1.3 De Estocolmo a Paris

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, reunida em Estocolmo em Junho de 1972 (Estocolmo, 1972), foi o ponto de viragem na vontade de preservação do meio ambiente, marcando a agenda internacional e lançando as bases do que seria a assunção da responsabilidade do estado da biosfera e dos caminhos a trilhar.

Inserindo o homem no seu ambiente natural, a declaração torna-o ao mesmo tempo construtor e obra da natureza, dela dependendo. Daí que a sua proteção seja apresentada como uma questão fundamental quer ao nível do bem-estar, quer também do desenvolvimento económico. O pronunciamento aponta com clareza os danos causados e as suas provas, dando realce à poluição e ao esgotamento de recursos insubstituíveis. O crescimento da população e o subdesenvolvimento de tantos países merecem atenção por parte dos membros presentes.

Dos princípios, destacamos a forte responsabilização do ser humano pelo presente e pelo futuro, procurando um ambiente de qualidade para todos. Aos países desenvolvidos propõe que coloquem à disposição dos outros não apenas o seu conhecimento industrial, mas também recursos financeiros e tecnológicos de forma a que não passem pelos mesmos problemas e consequências. O desenvolvimento científico e a educação são fatores chave na tentativa de minorar a destruição ambiental a que se assistia, assumindo ainda que só com extrema cooperação de todos será possível a defesa e a proteção do meio ambiente.

Em 1983 foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, saída da Assembleia Geral da ONU, presidida por Gro Brundtland, primeira-ministra da Noruega. Cinco anos mais tarde, e depois de um longo processo surgia o Relatório Brundtland, “Our Common Future” (Brundtland, 1987) que procurou fazer as pazes entre crescimento económico, desenvolvimento e as questões ambientais e sociais. O relatório propôs uma nova

relação do ser humano com o meio ambiente incompatibilizando o nível de consumismo, a produção e o crescimento da população com o bem-estar de todos os homens, dos de hoje e dos de amanhã. Esta é aliás a ideia central do documento, expressa logo no prefácio de Brundtland (1987, p. 11-17), que afirma que o desenvolvimento deve satisfazer as necessidades presentes sem comprometer as das futuras gerações.

Entre as medidas destacamos uma que vinha de Estocolmo, a limitação do crescimento populacional. Para além deste surgem outros não apenas na defesa do meio ambiente, mas também do próprio homem e do seu bem-estar, como sejam a garantia de recursos de primeira necessidade (água, alimentação, saúde, educação e habitação) a par da diminuição do consumo de energia e de recursos não renováveis. O relatório aponta ainda para a implementação de um programa de desenvolvimento sustentável que foi a origem dos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” de que mais à frente falaremos.

Já na última década do século passado reuniu no Rio de Janeiro a “Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento” da qual saiu uma declaração (Rio, 1992) que procurou dar seguimento a “Estocolmo”. Este encontro, também denominado “Cimeira da Terra” procurou apresentar o conceito de desenvolvimento sustentável, discutir o relatório “Brundtland” e marcar o ritmo da defesa do ambiente a nível internacional.

Desta Cimeira surgiu a declaração a que já fizemos referência, com 27 princípios, que se situa numa linha de continuidade em relação à surgida do encontro de Estocolmo, 20 anos antes. As linhas gerais, defesa do ambiente e do desenvolvimento, como possíveis e interligadas, a distribuição equitativa dos recursos por todos os de hoje sem comprometer o bem-estar das gerações futuras, a cooperação internacional, o impulso à ciência, já estavam contidas na anterior declaração. Nesta é de ressaltar o papel das mulheres na defesa do ambiente (princípio 20) e não menos importante o apelo à criação e aplicação de legislação sobre a responsabilidade civil de quem não preserve o ambiente e o coloque em perigo (princípio 13).

Ainda deste encontro saíram vários documentos da máxima importância. A Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre a Mudança Climática (CMNUSCC, 1992), a convenção sobre Diversidade Biológica (CDB, 1992) e ainda a denominada “Agenda 21” um plano de ação para o século que se aproximava, com contribuições científicas, de governos e de organismos internacionais donde surgiu a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 21, 1992).

Em Nova Iorque, a “Rio +5” permitiu fazer uma primeira avaliação dos objetivos da “Agenda 21” e não menos importante, criar as condições sociais e políticas para a aprovação de um protocolo de defesa do ambiente que viria a ser assinado ainda nesse ano em Quioto. Durante a III Conferência das partes da Convenção-Quadro das Alterações Climáticas realizada na referida cidade nipônica, foi assinado o “Protocolo de Quioto” (Quioto, 1997), sendo promulgado por 39 países com o objetivo de reduzir os gases com efeito de estufa em 5,2% em relação aos valores de 1990.

Entre os objetivos principais, enunciados no artigo 2º, encontram-se o aumento da eficiência energética, o aumento de sumidouros e reservatórios de gases de efeito de estufa, a promoção de formas sustentáveis de agricultura, o desenvolvimento de formas de energia renovável e inúmeras medidas para limitar as emissões de gases de efeito de estufa. A existência de objetivos definidos e facilmente avaliáveis foi fundamental para o sucesso, ainda que relativo, do protocolo.

Apesar de ser considerado um marco histórico, este acordo pecou por não se ter estendido aos países em desenvolvimento, como a China ou a Índia, por não ter atingido os objetivos ambiciosos de redução a que se propôs e ainda por não ter sido ratificado pelos Estados Unidos da América (Vaz & Delfino, 2010).

Antes de chegarmos ao acordo de Paris referir-nos-emos a mais dois documentos, a Declaração do Milénio (Cimeira do Milénio, 2000), e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2015). A Cimeira do Milénio realizada em Setembro de 2000 reuniu 147

chefes de estado e nela estiveram representados 191 países. A Declaração dela saída é um grito conjunto que denuncia as questões mais graves que a humanidade vem conhecendo e um caminho a percorrer para atingir oito objetivos: Erradicar a pobreza extrema e a fome, alcançar o ensino primário universal, promover igualdade entre os sexos e a autonomização das mulheres, reduzir a mortalidade das crianças, melhorar a saúde materna, combater a SIDA, malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e criar uma parceria mundial para o desenvolvimento (Cimeira do Milénio, 2000).

A declaração reforça os princípios e valores comuns às nações presentes. No que ao meio ambiente diz respeito salientamos a responsabilidade comum e o respeito pela natureza propondo a prudência como modo de atuação neste âmbito. Existe também, como vemos pelos objetivos, uma preocupação não apenas em relação à natureza, mas também ao homem e ao seu bem-estar, como se percebe pelo combate à pobreza e pelo acesso à saúde e educação. No que ao ambiente em si mesmo diz respeito, há um apelo forte à entrada em vigor do Protocolo de Quioto e um reforço dos princípios da “Agenda 21”.

O ano 2015 foi muito especial para a defesa do meio ambiente. Em Maio foi lançada a primeira encíclica papal totalmente dedicada a esta matéria, “Laudato Si” (Francisco, 2015) de que falaremos no segundo capítulo. Mais tarde, em Novembro e Dezembro aconteceu o encontro das partes, na capital francesa, reunião envolvida em grande expectativa.

Pouco tempo antes da COP 21, em Paris, a ONU adotou a resolução “Para Transformar o Mundo em Nome dos Povos e do Planeta” (A/RES/70/1, 2015) de que destacaremos os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável apresentados, aprovados por 193 estados-membros, que incluem as dimensões social, económica e ambiental do desenvolvimento e procura promover a paz.

Os objetivos de desenvolvimento aprovados e a alcançar até 2030 são os seguintes: erradicar a pobreza em todas as suas formas e lugares, erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável, assegurar uma vida

saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. A partir do sexto objetivo encontram-se as questões mais “verdes” como sejam garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

Surgem depois várias questões de natureza mais económica - promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todos, construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Por fim, os últimos seis que têm um pouco de todas as dimensões - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos, conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade, promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

O último objetivo, fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, prende-se com as parcerias que devem ser fortalecidas quer internacionalmente, quer mesmo dentro dos países, em todos os setores, para que estes 17 objetivos sejam alcançados dentro da data proposta.

A 21ª Conferência das Partes (COP 21) era a última esperança para alguns ambientalistas, sobretudo depois do fracasso de Copenhaga (2009). As expectativas eram elevadas e o documento final mereceu fortes elogios. Este acordo, o mais universal alguma vez

assinado (195 países), para luta contra as mudanças climáticas foi ratificado em tempo *record*, menos de um ano depois de assinado. As condições necessárias para a entrada em vigor eram a ratificação por pelo menos 55 países e por responsáveis de 55% das emissões, valor alcançado a 4 de Outubro de 2016, entrando em vigor 30 dias depois, como definiam as normas do Acordo.

Este acordo mantém em larga medida os princípios dos anteriores, bem como as mesmas estratégias de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas. Somos da opinião que a grande alteração prende-se com a transparência de todo o processo, com a necessidade de comunicação de metas a cada cinco anos, informações de dois em dois anos relativas aos objetivos alcançados, balanços anuais e a existência de um mecanismo de acompanhamento que garanta a veracidade dos dados apresentados. Denota-se também uma outra novidade relativa à coordenação das abordagens não económicas nem mercadológicas, reconhecendo a necessidade de controlar todas as variáveis que possam ser importantes para alcançar os objetivos propostos. Há uma insistência forte no apoio aos países em desenvolvimento. Esse apoio é económico, criando-se um fundo de 100 biliões de dólares, mas é também de transferência de conhecimentos e capacidades de forma a que se evite a repetição de erros dos países desenvolvidos.

Uma forma de incentivar as contribuições individuais é a existência de contribuições nacionalmente determinadas, propostas e avaliadas pelos países, contribuindo dessa forma para os objetivos globais. Há ainda, novamente, insistência na educação, formação e sensibilização públicas, como meios preferenciais de mudança de mentalidades e de consciencialização ecológicas.

O que parecia impossível, tornou-se inevitável, afirmou Ban Ki-moon, ao anunciar a entrada em vigor deste novo acordo. Sem dúvida que as expectativas elevadas levavam em si muita esperança, o que ajudou a definir aquilo que é maioritariamente definido como um bom acordo. É expectável que os mais recentes desenvolvimentos na esfera política, visíveis quer nos EUA, quer no seio da UE, não criem constrangimentos ao prosseguimento dos ideais de

Paris, nem coloquem em causa os resultados esperados, nomeadamente na limitação do aumento da temperatura, para que não ultrapasse os dois graus em relação aos níveis pré-industriais.

2. Ecologia nos documentos e pronunciamentos da Igreja

Neste subcapítulo do nosso trabalho faremos uma breve abordagem pelos documentos e pronunciamentos da Igreja. Deter-nos-emos em dois documentos fundamentais e fundacionais, a Mensagem do Papa Paulo VI à conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, de 1972, e à mensagem de João Paulo II para o Dia Mundial da Paz de 1990. Os documentos referidos, diretamente ligados à temática ecológica não surgiram do nada. Na sua gênese estão os princípios da doutrina social da Igreja com que foram lidas as realidades terrenas, passando a defesa do ambiente pelo seu crivo.

1.2.1 João XXIII e o II concílio do Vaticano

O Papa João XXIII e o concílio Vaticano II, por ele convocado, não se referem diretamente a esta problemática, embora nos deem algumas luzes do que mais tarde viria a tornar-se patente na doutrina e na pastoral da Igreja.

A *Pacem in Terris* (João XXIII, 1963) redigida durante o Segundo Concílio do Vaticano sobre a paz entre os povos, a relação dos seres humanos entre si e com os poderes políticos, e destes com a comunidade mundial, lança um conjunto de diretrizes pastorais (5ª parte), que também podem ser aplicados na defesa do meio ambiente, embora esse não fosse o principal objetivo. Esta carta encíclica tem como destinatários não apenas a Igreja, mas todos os homens de boa vontade, num claro reconhecimento de que só toda a família humana, em conjunto, é capaz de alcançar a paz. Também só desta forma a humanidade é capaz de travar a crise ecológica sem precedentes que assola o mundo. O ambiente faz parte daquilo a que o papa João XXIII apelida de preocupação por bem comum, presente em diversos números da encíclica (João XXIII, 1963, n. 7; 12; 26; 46; 48; 53; 55;56), colocando-o como o âmbito de atuação dos poderes políticos e elencando os seus aspetos fundamentais.

O Concílio que se preocupou com o “aggiornamiento” da Igreja não se debruçou sobre a defesa do meio ambiente em nenhum dos seus documentos. A constituição pastoral sobre a Igreja no mundo atual, promulgada em 07 de Fevereiro de 1965, procurou fazer uma reflexão sobre os grandes temas de doutrina social da Igreja e da sua relação com o mundo. O tema da ecologia não estava presente na ordem do dia da sociedade civil e por isso não esteve também presente na aula conciliar. Ainda assim, podemos transcrever alguns princípios agora apontados pela “Laudato Si” e pelos defensores do ambiente.

No quarto número os padres conciliares referem-se à necessidade de conhecer e compreender o mundo em que vivemos analisando os “sinais dos tempos”. Referem ainda neste número as transformações rápidas e profundas que se sentiam mas alerta para “um descompasso crescente entre o crescimento económico e o desenvolvimento integral, para o contraste entre o progresso tecnológico e a capacidade produtiva, de um lado, e o subdesenvolvimento de tantos povos, do outro” (Zanon, 2012, p. 28). No número seguinte os padres conciliares confirmam que o destino da comunidade humana torna-se um só, não havendo hipóteses de avançar cada um por si, nem em independência, nem em confronto com as outras nações.

No capítulo III, dedicado à vida económico-social, números 63-72, surgem bases do pensamento atual sobre a ecologia. A Igreja coloca-se a favor do progresso técnico sempre e só quando o seu fim for o serviço do homem, devendo exercer-se dentro dos limites da ordem moral (GS, 64). No número 69 o concílio sublinha o destino universal dos bens, que deve chegar a todos os povos e a todos os homens, lembrando não apenas a justiça na distribuição, mas também a caridade. O número seguinte é profético e acaba por ser a base daquilo que hoje é conhecido como desenvolvimento sustentável: “Todos os que decidem destes investimentos e da organização da vida económica - indivíduos, grupos ou poderes públicos - devem ter presentes estes fins e reconhecer a grave obrigação que têm de vigiar para que assegurem os requisitos necessários a uma vida digna dos indivíduos e de toda a comunidade; e, ainda, de prever o futuro e garantir um sã equilíbrio entre as necessidades do consumo hodierno,

individual e coletivo, e as exigências de investimentos para a geração futura” (GS 70). O final deste apartado é um apelo a que todos os cristãos que desempenhem parte ativa no desenvolvimento-económico-social o façam na fidelidade a Cristo e lutem sempre pela justiça e pela caridade.

2.2 Paulo VI

O Papa Paulo VI refere-se na encíclica “*Populorum Progressio*”, de 1967, a um dos princípios já aqui enunciados e que se constitui como um alicerce para a defesa do meio ambiente, a precaução a ter em relação às consequências para as gerações futuras. Afirma o Papa: “Herdeiros das gerações passadas e beneficiários do trabalho dos nossos contemporâneos, temos obrigações para com todos, e não podemos desinteressar-nos dos que virão depois de nós aumentar o círculo da família humana” (Paulo VI, 1967, n. 17).

Contudo, a nosso ver, o documento mais importante da intervenção da Igreja na defesa do meio ambiente, neste período, foi a mensagem de sua santidade Paulo VI à conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente que se realizou em Estocolmo, Suécia. Dirigida ao secretário geral da ONU o Papa manifestou o interesse da Igreja na defesa do meio ambiente e elenca alguns princípios de grande importância para atingir esse objetivo.

Desde logo, Paulo VI recorda que o homem e o ambiente natural em que está inserido são, mais do que nunca, inseparáveis. Esta interdependência é suficiente para nos fazer voltar a pensar nas consequências das nossas ações neste âmbito. A este propósito, refere que um problema ambiental provocado num determinado ponto terá consequências em todo o mundo, sem qualquer culpa daqueles que sofrerão com isso. Perante isto, só uma atitude de corresponsabilidade de todos os intervenientes, indústrias, nações e pessoas poderá inverter de alguma forma a destruição de que na altura já se dava conta.

É necessário, continua, respeitar a capacidade de regeneração da natureza, para que não se comprometa o futuro com um ímpeto cego e brutal de um progresso sem regras. A

preocupação com o futuro percorre todo o documento, levando mesmo a questionar a sobrevivência do homem diante da ameaça de empobrecimento e deterioração do meio ambiente.

Depois de analisar a situação, o Papa afirma que as medidas a tomar já não podem ser simplesmente de ordem técnica, tendo de passar por uma mudança radical de mentalidades. Com certeza que essas medidas são indispensáveis, mas a solução passa pela tomada de consciência de que já não temos tempo a perder e de que a nossa civilização tem mesmo de inverter o seu rumo. Esta transformação ética profunda tem de partir do reconhecimento de que o homem “é a primeira e a mais autêntica riqueza da terra” (Paulo VI, 1972). Propõe como modelo para esta conversão São Francisco de Assis e o exemplo das grandes ordens contemplativas assumindo que o governo da terra deve tender sempre para o aperfeiçoamento do mundo em que vivemos.

Paulo VI termina com uma referência forte ao cuidado que se deve ter com os países em vias de desenvolvimento, que são os que mais sofrem com as consequências desta deterioração ambiental e muitas vezes os que menos usufruem do progresso. “A miséria(...) é a pior de todas as contaminações” (Paulo VI, 1972), reforça sua santidade.

Acrescentamos ainda algumas referências do magistério de Paulo VI que nos parece importante ressaltar. Na mensagem (Paulo VI, 1970) do Santo Padre à Organização das Nações Unidas para a Agricultura e alimentação (FAO), depois de elencar alguns problemas ambientais, aponta para o que pode vir a culminar numa verdadeira catástrofe ecológica, demonstrando com isso um profundo conhecimento das questões em agenda. Refere ainda que ao homem, depois de ter dominado a natureza, terá chegado a hora de dominar o seu próprio domínio.

O tema voltaria a ser considerado na Carta Apostólica “Octogesima adveniens” (Paulo VI, 1971) no capítulo I, sobre os novos problemas sociais. No número 21 da Carta, o Papa sublinha a exploração inconsiderada da natureza, problema tal que já diz respeito a toda a

família humana (Paulo VI, 1971, n. 21). Na Bula “Apostolorum Limina” (Paulo VI, 1974) sobre o ano santo, o Papa volta a referir-se, no V apartado, ao problema social da ecologia.

Resumimos, desta forma, o cuidado que o Papa Paulo VI demonstrava na questão ecológica. Alguns dos seus pronunciamentos demonstram bem a acuidade com que reconhecia os problemas e as propostas com que os quis enfrentar.

2.3 João Paulo II e Bento XVI

Nos 26 anos de papado, João Paulo II, por diversas vezes, expressa um pensamento claro sobre a crise ecológica na sua atualidade, e compreende a urgência na proposta e execução de medidas para inverter a tendência que se estava a acentuar de desrespeito quer pelo ambiente, quer pelo homem. Percorremos de forma breve algumas das suas tomadas de posição, nomeadamente as que se referem a documentos magisteriais.

Na sua primeira encíclica, “Redemptor Hominis” (1979), João Paulo II apontou a exploração da terra como algo de tal forma perverso que leva o homem até a ter medo de si próprio. Afirmou ainda que “era vontade do Criador que o homem comunicasse com a natureza como «senhor» e «guarda» inteligente e nobre, e não como um «desfrutador» e «destrutor» sem respeito algum” (João Paulo II, 1979, n. 15). Tendo dado o mote nesta encíclica regressou à sua preocupação na “Sollicitudo Rei Socialis” (1987) sobretudo nos números 28, 29 e 34. No primeiro número referido, o Papa recorda os desperdícios gerados por uma sociedade consumista que privilegia o ter em função do ser fazendo com que a distribuição de bens seja cada vez mais injusta. No número seguinte, 29, João Paulo II lembra que o domínio do homem sobre a natureza se deve traduzir em cuidado e não em posse e uso indiscriminados até porque, como recorda no número 34, há muitos recursos que não são renováveis e estão a ser delapidados. As gerações futuras e aquelas que vivem já em ambientes mais industrializados sofrerão graves consequências, não apenas económicas, mas sobretudo ao nível da saúde.

Depois das mais variadas referências ao tema da defesa do meio ambiente é, em 1990, na Mensagem para o Dia Mundial da Paz, que São João Paulo II apresenta de forma sistemática o seu pensamento sobre o assunto.

No início da mensagem o Papa atribui a crise ecológica à falta de respeito pela vida humana apontando como principal consequência a deterioração da qualidade de vida de todos. Dá ainda conta no número um que se está a formar uma consciência ecológica, quer na opinião pública, quer também nos responsáveis políticos. Por diversas vezes a mensagem tem referências a não crentes, reconhecendo que também eles sentem esta crise e por isso também querem fazer parte da solução.

Apresentando uma terra de luto e em sofrimento por tantas perdas e desaparecimentos, sobretudo no que se refere à biodiversidade, à harmonia e à relação ordenada entre os homens e a criação, João Paulo II não tem dúvidas em afirmar que a responsabilidade por este estado de coisas tem de ser imputada ao homem. A grave crise moral que se percebe na degradação do ambiente mais uma consequência. Uma causa diretamente apresentada é a aplicação sem discernimento dos progressos científicos e tecnológicos, como se todos fossem bons para o homem e para a natureza. Se assim fosse, não estaríamos a debater-nos com problemas ambientais tão sérios como a poluição, o efeito de estufa, a contaminação das águas e dos solos, entre outros.

Atribuindo a causa à falta de respeito pela vida e pela dignidade da pessoa humana, o Papa parte em busca de uma solução. Recorda nesse ponto que a terra é herança comum e portanto, os seus frutos devem reverter a favor de todos, o que não está a acontecer pois é fácil constatar que poucos têm tanto e tantos têm tão pouco ou mesmo nada. Será necessário, por isso, coordenar melhor a nível internacional a gestão de recursos. Reconhecendo a necessidade de compromissos a nível internacional, a mensagem refere que não há, com isso, uma diminuição da responsabilidade de cada nação, há sim o reconhecimento que o problema é global e dessa forma não pode ser corrigido individualmente ou cada um por si.

Uma nova solidariedade é apontada no documento como a maior urgência. Desde logo entre países em vias de desenvolvimento e os já industrializados. Esta solidariedade passa por partilha de “know how” para que não se repitam os mesmos erros, ao mesmo tempo que se dá também maior margem para os que mais tardiamente começaram e conseqüentemente poluíram menos. A atenção à pobreza e suas estruturas é elencada como uma das maiores necessidades, passando por aí também o combate ecológico.

Para se alcançar tudo isto, ou pelo menos para diminuir a crise ecológica, impõe-se uma nova mentalidade, uma reversão do estilo de vida. Não se conseguirá esta mudança a partir de leis apenas, mas sim através de uma educação para a responsabilidade ecológica, que aconteça nas empresas, nas escolas e como não podia deixar de ser, tem de começar pela família, a primeira educadora.

O Papa termina a mensagem apontando o exemplo de São Francisco de Assis, que anos antes, em 1979, tinha declarado patrono dos cultores da ecologia. Ele é o modelo da contemplação estética da criação e da redescoberta do valor de cada criatura. O caminho, esse, é uma responsabilidade de todos, crentes e não crentes, pois só dessa forma será possível diminuir esta ameaça global.

A Carta encíclica “Centesimus annus” aborda a questão ecológica acrescentando-lhe os adjetivos humana e social. No número 37 analisa-se a questão, sendo associada ao consumismo e à submissão da terra sem reservas, unicamente de acordo com a vontade do homem. No número seguinte dá-se conta de alguns avanços na defesa do meio ambiente e da biodiversidade, mas essa preocupação parece não incluir o ser humano e as suas possibilidades morais. Sugere sua santidade que se empenhem em criar uma autêntica “ecologia humana” e se dê a devida atenção a uma “ecologia social” (João Paulo II, 1991, n. 37–38).

Questão central para a Igreja no que se refere à Ecologia é o problema da fome no mundo. Embora não seja um tema “verde”, a Igreja não deixa de associar questões ecológicas à origem de fome, compreendendo também que não são as únicas nem as principais, mas

sabendo que aumentam o problema. O Pontifício Conselho “Cor Unum” referiu alguns dos fatores que potenciam a fome como a destruição de recursos naturais, as catástrofes, o abuso de fertilizantes e pesticidas, o lixo, a industrialização, a desertificação, entre outros (Cor Unum, 1966).

Para terminar, referimos apenas mais um pronunciamento que utiliza uma terminologia posteriormente utilizada por Francisco na “Laudato Si’”, a conversão ecológica. Diz João Paulo II em audiência geral: “É preciso estimular e apoiar a "conversão ecológica", que nestes últimos decénios tornou a humanidade mais sensível aos confrontos da catástrofe para a qual estava a caminhar. O homem não é mais "ministro" do Criador. Mas, como déspota autónomo, está a compreender que finalmente tem de parar diante do abismo” (João Paulo II, 2001a, n. 4).

O sucessor de João Paulo II, Bento XVI, fez publicar uma carta encíclica sobre o desenvolvimento humano integral associando-lhe as virtudes da caridade e da verdade. No capítulo IV, números 43-52, “Desenvolvimento dos povos, direitos e deveres, ambiente” o Papa apresenta o seu pensamento sobre a temática central da nossa dissertação.

O primeiro tema que o Papa tratou foi o do crescimento demográfico reafirmando que esse aumento não é responsável pela maior miséria e pobreza mais abundante. Isso deve-se à conceção materialista daqueles que governam os povos. Preocupação maior deve ter a baixa natalidade que põe em causa as sociedades mais desenvolvidas e os seus sistemas sociais. Para justificar esta quebra Bento XVI adverte: “São situações que apresentam sintomas de escassa confiança no futuro e de cansaço moral” (Bento XVI, 2009, n. 44).

O Papa enfatiza a necessidade de retomar o princípio da centralidade da pessoa humana, ao mesmo tempo que a ética deve ser parte integrante da economia, procurando desta forma o seu correto funcionamento. Apesar de não haver receitas universalmente válidas, não pode deixar de haver posições claras a nível internacional, que depois serão assumidas por cada estado, de acordo com os seus índices de desenvolvimento.

Falar de desenvolvimento é uni-lo estreitamente aos deveres que nascem do relacionamento do homem com o ambiente natural que o cerca. A natureza não há-de ser nem intocável, nem sede de abusos. Torná-la intocável é cair numa espécie de panteísmo que em último grau coloca a natureza até superior ao homem. Abusar dela fará com que o nosso próprio destino seja colocado em causa. Essa instrumentalidade arbitrária impediria a urgente solidariedade e justiça entre as gerações. É proposta, por isso, uma renovada solidariedade que se baseie na crescente sensibilidade ecológica que cada vez mais pessoas partilham.

Bento XVI termina este apartado confirmado que não basta para esta mudança um conjunto de penalizações ou a simples instrução dos mais jovens. O que é decisivo é “...a solidez moral da sociedade em geral”(Bento XVI, 2009, n. 51). Um governo responsável do homem sobre a natureza, assente numa aliança profunda de toda a criação, entre o ser humano e o ambiente, um novo estilo de vida. Só assim o homem poderá mitigar a destruição que está a levar a cabo e procurar diminuir a pegada ecológica que coloca o planeta e o homem no limite da sua sobrevivência.

3. Estado da casa comum

Não se poderia chegar a uma boa terapêutica sem um adequado diagnóstico. Sabendo disso o papa começa (cap. I) por olhar o mundo e analisá-lo. A complexidade e especificidade da tarefa faz com que se socorra das ciências humanas, sociais e naturais, para olhar a casa comum e perceber o seu estado. A ciência, nos seus dados mais recentes, constitui-se como um instrumento privilegiado para conhecer o nosso mundo. Além disso, o recurso à ciência reabre a porta de um diálogo tantas vezes difícil, fazendo também com que a análise seja mais profunda e aceite por todos aqueles que têm preocupação pelo estado do nosso planeta. A par disto o papa procura, desde cedo, estabelecer uma íntima ligação entre a defesa da terra e daqueles que nela habitam. Aliás, a unidade das dimensões da crise social e ambiental, é fundamental para o papa que afirma no nº 139 “Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise sócio-ambiental.”

Nesta crise, única, mas multidimensional, qual é o nível de responsabilidade humana? Esta questão é abordada na encíclica e se-lo-á aqui também para analisarmos até que ponto a humanidade é ou não responsável pelo atual estado do mundo e, nesse sentido, estará ou não nas suas mãos inverter a situação, mudando de rumo.

O paradigma tecnocrático tão facilmente aceite não pode ser a palavra última, porque a questão é mesmo se podemos fazer tudo aquilo que a ciência nos possibilita, independentemente das suas consequências ético-morais.

As mudanças assustadoramente rápidas(Francisco, 2015, n. 17), descritas na encíclica, bem como as suas consequências duradouras ocupar-nos-ão neste sub-capítulo, em que procuraremos acrescentar dados da ciência, nomeadamente do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), a maior autoridade neste assunto, prémio nobel da paz 2007, à análise profunda e sábia do Santo Padre e aos problemas que elenca.

3.1 Mudanças climáticas e responsabilidade humana

Por mudanças climáticas entende-se a variação do estado do clima identificável nas variações do valor médio ou na variabilidade das suas propriedades, que persista durante longos períodos de tempo, podendo dever-se a fatores humanos ou não, afirma o IPCC no seu quinto relatório sobre mudanças climáticas (Pachauri, 2014). A Convenção Marco das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas associa a atividade humana a essa mudança conferindo-lhe um nexo causal ao definir mudanças climáticas como a “mudança no clima atribuído direta ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da atmosfera mundial que se acrescenta à variabilidade natural do clima observada durante períodos de tempo comparáveis”(CMNUSCC, 1992, n. 1,2). Também o relatório STERN, um grande estudo de Herbert Stern, economista, encomendado por Gordon Brown em 2005, enquanto ministro das finanças inglês, reafirma a existência das mudanças, bem como a responsabilidade humana nessa transformação, que confirma com abundantes estudos (Batista, 2013). Apesar de todas as incertezas, há dois dados comumente aceites, o primeiro de que a atividade humana é a principal causa das alterações climáticas e o segundo que reconhece que a temperatura não pode ultrapassar dois graus em relação aos níveis pré-industriais (Vaz, 2016, p. 44).

Não é unânime a ideia de que as mudanças se devem a fatores antropogênicos. O relatório síntese do IPCC afirma “A influência humana no sistema climático é clara e as emissões antropogênicas recentes de gases de efeito de estufa são as mais altas da história. As mudanças climáticas recentes têm impactos generalizados nos sistemas humanos e naturais”(Pachauri, 2014, p. 2). Acrescenta ainda que as emissões resultantes da atividade humana são maiores do que nunca e as concentrações atmosféricas de dióxido de carbono, metano e óxido nítrico não tem paralelo nos últimos 800 000 anos (Pachauri, 2014, p. 4). Contudo, há autores que não concluem que as mudanças climáticas sejam consequência da ação humana, não considerando sequer preocupante o aquecimento do planeta. Entre esses cientistas está por exemplo Tom Tripp, especialista em mudanças climáticas, que não vê nessas mudanças

um problema (Pino Calvo-Sotelo, 2016). A própria noção de aquecimento global como a conhecemos, é colocada em causa num artigo de Don Fernando Pino Calvo-Sotelo (2016), sugestivamente intitulado “A sombra de Galileu”, afirmando que entre 1940 e 1975 as temperaturas terão mesmo diminuído (Pino Calvo-Sotelo, 2016, p. 252).

Os dados do IPCC não deixam grande margem para dúvidas e atestam com elevado grau de cientificidade as mudanças climáticas e também a responsabilidade humana nas mesmas. Segundo o painel intergovernamental, cada uma das três últimas décadas foi mais quente que a anterior e o mesmo se pode concluir em relação a todos os decénios anteriores a 1850. Entre 1880-2012 terá havido um aumento de temperatura de 0,85 graus centígrados. Também no que se refere aos oceanos houve um notável aquecimento, de cerca de 0,11 graus por década entre 1971 e 2010. No que se refere à criosfera, os mantos de gelo diminuíram em geral, nomeadamente na Gronelândia e na Antártida.

A propósito das mudanças climáticas afirma o papa “As mudanças climáticas são um problema global com graves implicações ambientais, sociais, económicas, distributivas e políticas, constituindo atualmente um dos principais desafios para a humanidade” (Francisco, 2015, n. 25).

3.2 Poluição

“Do ponto de vista ecológico poluição é definida como qualquer alteração da composição e das características do meio que cause perturbações nos ecossistemas, ou ainda, como uma interferência danosa nos processos de transmissão de energia” (Brilhante, 1999, p. 20). As consequências podem manifestar-se na saúde e no bem estar das populações e em diversos desequilíbrios sociais.

A poluição é um grande problema ambiental independentemente da sua dimensão, podendo ser visual, sonora, atmosférica, da água e nuclear.

O papa refere-se aos poluentes atmosféricos, aos resíduos urbanos, industriais e tóxicos e ainda à ausência de reciclagem de papel e de muitos produtos de grande consumo. Afirma mesmo: “A terra, nossa casa, parece transformar-se cada vez mais num imenso depósito de lixo” (Francisco, 2015, n. 21). A título de exemplo, em Portugal os resíduos urbanos chegam a 1,24 kg por habitante apenas num dia mas nos estados unidos esse valor chega a ser 5 vezes superior (Vaz, 2016, p. 37).

O programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (United Nations Environment Programme - UNEP) reuniu em Maio de 2016 e emitiu um relatório “Healthy Environment, Healthy People” com dados muito preocupantes. Desde logo afirma que no ano de 2012 terão morrido 12,6 milhões de pessoas em todo o mundo por causas relacionadas com o meio ambiente, 23% do total das mortes, chegando a 26% no caso das crianças com menos de 5 anos (UNEP, 2016, p. 4). Sete milhões de mortes devem-se à qualidade do ar que respiram, sendo que dessas, 4,3 se referem ao ar da própria habitação (UNEP, 2016, p. 6). O relatório citado enumera ainda um conjunto de doenças que podem ser atribuídas em grande medida ao meio ambiente, tal qual ele está, como a diarreia, a asma, a malária, infeções respiratórias, cancro, entre outras (UNEP, 2016, p. 6). O relatório aponta também a origem desses problemas ambientais, começando pelos transportes, passando pela agricultura, urbanização, energia, saneamento e distribuição de água potável (UNEP, 2016, p. 8).

Perante esta realidade a que o papa chama de cultura de descarte, só resta inverter esta situação, procurando que a indústria crie um modelo circular, capaz de produzir reaproveitando e reutilizando os bens que terminam o seu ciclo de vida (Francisco, 2015, n. 22).

Sem dúvida que a realidade da poluição e a sua relação com as mudanças climáticas são um desafio muito sério que a humanidade enfrentará no presente século.

3.3 A questão da água

A água, enquanto elemento essencial ao ser humano, é já considerada o negócio do século. O acesso a este recurso encontra-se cada vez mais condicionado, quer pela diminuição da sua quantidade e sobretudo, qualidade. Afirmo Francisco “...o acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício dos outros direitos humanos” (Francisco, 2015, n. 30).

A água é um bem natural muito escasso, nomeadamente a que pode ser ingerida pelo ser humano. Apenas 3% é doce e nem toda é diretamente utilizável, estando boa parte nas calotes polares e no subsolo e só 1% está à superfície (Caeiro & Carvalho, 2001). Gleick (1996) sublinha que 2 biliões de pessoas não tinha acesso a água potável no final do século passado (citado em Caeiro & Carvalho, 2001, p. 86), valor que neste momento terá descido para cerca de metade, apesar da contaminação dos rios e aquíferos, das secas, do excessivo consumo e das chuvas ácidas, que podem tornar este bem inacessível a cada vez mais pessoas (Alho, 2016, p. 96).

A questão da água é muito complexa sobretudo pela sua interdependência com os oceanos, o seu nível e energia acumulada, a criosfera e respetivos mantos de gelo e claro a qualidade. Segundo o relatório do IPCC a água tem sofrido uma acidificação, resultado do contacto com enormes quantidades de dióxido de carbono, bem como um aumento das regiões com alta salinidade. O aumento em cerca de 20 centímetro do nível médio do mar traz consigo um conjunto grande de condicionantes no que se refere à acessibilidade de água potável (Pachauri, 2014, p. 44).

No nosso país 97% da população está servida com abastecimento de água, 80% com drenagem de águas residuais e cerca de 72% com tratamento das águas residuais, o que não sendo uma situação ideal, está muito acima da maior parte dos países, nomeadamente no que se refere aos países em vias de desenvolvimento (Vaz, 2016, p. 26). A água segura para consumo humano situa-se nos 98,41% (Fernandes, Guerra, Ribeiro, & Rodrigues, 2015, p. 79).

A gestão inteligente deste recurso tão importante é um desafio a ser tido em conta quer pelos consumidores, quer pelas organizações ligadas à distribuição e monitorização.

3.4 Perda da biodiversidade

“A biodiversidade é o conjunto da diversidade de seres vivos, de genética e de ecossistemas. Os ecossistemas são sistemas naturais formados por um conjunto de organismos vivos que interagem entre si e com a componente abiótica (não viva) numa determinada área e meio físico”(Vaz, 2016, p. 38). Existirão entre 5 e 30 milhões de espécies, estando descritas 1,5 milhões, da maior parte apenas se sabe o nome. Todos os anos regista-se a extinção de cerca de 13000 espécies (Caeiro & Carvalho, 2001, p. 94).

Francisco mostra a sua preocupação pela extinção e consequente perda de biodiversidade em terra e no mar, dos problemas com ecossistemas e habitats, das espécies endémicas, dos grandes pulmões do planeta, dos manguezais e recifes de coral. A este propósito, na sua primeira exortação apostólica afirma o Papa: ““Nós, os seres humanos, não somos meramente beneficiários, mas guardiões das outras criaturas. Pela nossa realidade corpórea, Deus uniu-nos tão estreitamente ao mundo que nos rodeia, que a desertificação do solo é como uma doença para cada um, e podemos lamentar a extinção de uma espécie como se fosse uma mutilação. Não deixemos que, à nossa passagem, fiquem sinais de destruição e de morte que afetem a nossa vida e a das gerações futuras" (Francisco, 2013, p. 215).

A existência de muitas espécies sofreu grandes alterações com as mudanças climáticas, fazendo com que tivessem de modificar as suas áreas de distribuição geográfica, atividades estacionais, pautas migratórias, abundância e interações com outras espécies(Pachauri, 2014). Sem dúvida que grande parte das interações humanas nos ecossistemas são destrutivas para os mesmos, ou pelo menos eliminam parte de seres e elementos da natureza que ficarão perdidos para sempre.

A grande mudança exigida passa por valorizar tudo *de per se*, reconhecendo que existe valor intrínseco a todas as espécies, independentemente da utilidade direta que possa ou não ter para os seres humanos.

3.5 Pobreza, exclusão e desigualdades

A *Laudato Si'* não é simplesmente uma encíclica “verde”, no sentido de que defenda o meio ambiente à maneira dos partidos e associações ecologistas. Francisco vai mais longe e junta ao clamor da terra, o clamor dos pobres, isto é, junta aos problemas tradicionalmente ambientais a questão da vida humana. Manteve-se na senda dos seus predecessores, como vimos anteriormente. A pobreza foi sempre um dos temas essenciais para o Santo Padre Francisco. Já na sua primeira exortação apostólica se refere ao clamor dos pobres escutados por Deus, bem como uma preocupação pelos mais abandonados da sociedade (Francisco, 2013, n. 186–216). Dando conta de uma degradação social que coloca o ser humano cada vez mais isolado, reafirma na encíclica sobre o cuidado da casa comum, a dignidade especial de cada pessoa e o seu direito não apenas a viver, mas também a ser feliz (Francisco, 2015, n. 43–47).

A pobreza começou por ser “medida” a partir do rendimento, mas hoje é um conceito muito mais complexo, sendo muitas vezes preterido em função de exclusão social (Rodrigues & Figueira, 2003). O relatório sobre a pobreza em África, do Banco mundial, dedica um dos seus quatro capítulos à pobreza a partir de uma perspetiva não monetária (Beegle, Christiaensen, Dabalén, & Gaddis, 2016, pp. 83–116). Neste capítulo são apontadas as dimensões múltiplas da pobreza e da exclusão social. Engloba realidades que não têm um valor de mercado, impossíveis de trocar por moeda, mas que são muito relevantes na definição multidimensional da pobreza, como sejam a alfabetização e a educação em geral, a saúde e a esperança de vida, a liberdade e a autodeterminação, o status e a aceitação social e a capacidade de se mover e relacionar entre si e com o mundo (Beegle et al., 2016, pp. 83–86).

Sendo verdade que todos seremos afetados pelas consequências das mudanças climáticas, os países e as pessoas mais pobres sofrerão mais, pensa o Papa Francisco, sendo confirmado pelo relatório anual do Banco mundial, de 2016, que afirma “Todos serão afetados. No entanto, os mais pobres e mais vulneráveis serão os mais atingidos” (Banco Mundial, 2016, p. 5). O mesmo documento coloca como objetivo da instituição internacional a erradicação da pobreza extrema até 2030. Os dados são animadores quando referem que um bilhão de pessoas terão saído da pobreza extrema em cerca de 20 anos, mas apontam ainda cerca de 900 milhões de pessoas a viver abaixo do limiar mínimo de pobreza, valor que deve envergonhar o mundo (Banco Mundial, 2016).

É urgente reconhecer que o mundo precisa da ação benéfica do ser humano e que já não chega um raciocínio evasivo, nem sequer uma ecologia superficial. É necessário ir ao mais fundo da questão e propor, com esperança, uma nova atitude do ser humano diante do mundo que o rodeia e do ser humano que o acompanha.

A ecologia
Da Laudato Si'

Capítulo II

1. A pedagogia do diálogo

1.1 O diálogo depois do Concílio

O diálogo está cada vez mais presente na Igreja quer no que se refere ao interior, quer como instrumento privilegiado de relação “ad extra”. A Sagrada Escritura oferece-nos longos e profundos diálogos, desde a conversa do homem com Deus na criação, passando pelo fecundo diálogo com Sara e Abraão e atingindo o seu cume na pessoa de Jesus. São belos nos Evangelhos os diálogos de Jesus, por exemplo, com Nicodemos ou com a Samaritana, permitem-nos concluir da importância dada por Jesus a este instrumento/estratégia de encontro com o próximo.

A carta Encíclica “Ecclesiam Suam” (ES) de Paulo VI (1964) dedica todo o seu terceiro capítulo a este tema. Entre os números 34 e 68 são-nos oferecidas profundas reflexões sobre este “impulso interior da caridade” (ES, 37). Nos números referidos são elencados os motivos, os métodos, os objetivos, as características e as dimensões do diálogo, constituindo-se como fundamento do mesmo a atitude de amizade e de serviço (ES, 49) que a Igreja deve ao mundo em que está inserida. Fica claro na encíclica que o diálogo não deve excluir ninguém (ES, 53) nem fora nem dentro da Igreja, independentemente das circunstâncias e da fé de cada pessoa.

Na constituição pastoral “A igreja no mundo atual”, “Gaudium et Spes” (GS), o diálogo constitui-se como um tema transversal a todo o documento. No terceiro número os padres conciliares definem a abrangência e o motivo do diálogo. As razões depreendem-se com a solidariedade, o respeito e o amor, e tem como interlocutores a inteira família humana (Cf. GS,3). A igreja deve, por isso, dirigir-se a todos, crentes e não crentes (GS, 10,21) num diálogo sincero e profundo que procure chegar à verdade e lutar pelo bem comum (GS, 43). Não excluir ninguém e respeitar todas as pessoas e culturas são a base do diálogo para o tempo atual.

O estilo do diálogo de Deus, que fala aos homens como amigos, é também referência para o agir social da Igreja, como podemos ver no Compêndio da Doutrina Social da Igreja

(Conselho Pontifício «Justiça e Paz», 2015, n. 13). O mesmo documento propõe ainda um diálogo com as diversas disciplinas (n.76), com quem pensa de forma diferente (n. 43) e aponta a doutrina social como instrumento de diálogo (n.534) por excelência. Sublinha igualmente a necessidade de dialogar com todos e educar os mais jovens para esta cultura.

A *Laudato Si'* é um exemplo privilegiado de diálogo, contendo em si todas as recomendações e orientações dos grandes documentos da Igreja e da sua matriz inspiradora. São muitos os autores citados, bem como conferências episcopais, responsáveis religiosos, declarações das Nações Unidas, num documento que é dirigido a todos, crentes e não crentes (LS 3). Desta forma, aproveita o contributo de muitos para entrar em diálogo com todos. Porque a realidade é complexa e o seu estudo difícil, fez-se e propôs um diálogo sincero e honesto entre as religiões, com os cristãos de todas as Igrejas, com não-crentes, com os movimentos ecologistas, com todas as ciências sociais, naturais ou humanas, com a filosofia e entre a política e a economia, a fim de se entender melhor a realidade e poder agir mais eficazmente.

1.2 Diálogo realizado

Desde logo, Francisco entra em diálogo com os seus predecessores, fazendo 37 referências a São João Paulo II, 33 a Bento XVI e 6 a Paulo VI. Desta forma o Papa quer não apenas inserir e valorizar a opinião daqueles que ocuparam a cadeira de São Pedro, mas também mostrar que a temática da encíclica não é completamente nova na Igreja. Relevante é também a citação de vinte e dois documentos de conferências episcopais, num proceder eclesiológico que tem em vista a comunhão de todos e a valorização de cada Igreja particular e cada pastor que a conduz. Aparecem as conferências episcopais das Filipinas, de África do Sul, da Bolívia, da Alemanha, da Argentina, do Canadá, dos Estados Unidos da América, do Japão, do Brasil, da República Dominicana, do Paraguai, da Nova Zelândia, do México e da Austrália. Sublinhar apenas a contribuição dos bispos portugueses, presente no documento (LS 159), em que se refere ao cuidado do ambiente na lógica da receção, do empréstimo, da dádiva, do cuidado e da

transmissão às futuras gerações. Importantes são também as referências ao “Documento da Aparecida” que teve do então bispo de Buenos Aires uma grande influência e participação muito ativa.

Os dados apresentados para mostrar como está a casa comum não surgem da fé, mas sim dos relatórios do IPCC. Isto demonstra bem que o Papa quer trabalhar em cima dos dados mais atuais e mais próximos da verdade. Desta forma, convoca a ciência para a encíclica e para o debate ecológico. Esta relação entre a fé e a razão foi amplamente abordada por São João Paulo II, na sua Encíclica “Fides et Ratio” (1998), em que se refere a ambas como as duas asas do espírito humano. Não só as ciências naturais, mas também as sociais e humanas são convocadas para ajudar a perceber o estado do planeta e o comportamento humano, e daí partir para a desejada conversão ecológica.

A filosofia e a teologia estão também bem presentes e não apenas aquela que resulta de meios eclesiais católicos. Dos católicos destacamos Romano Guardini, várias vezes citado, São Tomás, entre outras fontes franciscanas e jesuítas, quando não diretamente citadas, encontra-se o seu pensamento. O patriarca Bartolomeu, ortodoxo e Paul Ricoeur, protestante, colocam a voz da Igreja católica em diálogo ecuménico. De salientar ainda um pensador muçulmano, Ali Al-Khawwas, com o seu apelo a não se separar demasiado as criaturas do mundo, da experiência de Deus (LS 233). Existem 21 citações de livros ou artigos que nasceram fora do âmbito eclesial, número pouco comum em documentos do magistério (Martínez, 2015). Relevante é, também, assinalar a existência de duas orações no documento, uma para todos os que acreditam num Deus criador e a outra especificamente cristã.

Não deixamos de anotar que não há referências diretas às religiões orientais, o que aparentemente pode ser entendido como uma oportunidade perdida. Ainda assim, ninguém se pode excluir da reflexão nem de destinatário da encíclica pois por diversas vezes o Papa refere que se dirige a todos os que habitam o planeta (LS 3). Poderemos dizer que esta referência não aconteceu devido à grande distância que há entre Deus e o não divino, para o cristianismo e

também ao carácter pessoal e paternal do deus criador (Castelao, 2015), o que de alguma forma prejudicaria o diálogo.

O painel que acompanhou a apresentação oficial da encíclica, no Vaticano, a 18 de Junho de 2015, é prova deste diálogo querido e sublinhado pelo Papa Francisco. Nesta apresentação esteve um cardeal Africano, Peter Turkson, o metropolitano de Pergamo, John Zizoulas e o cientista e investigador de alterações climáticas John Schellnhube. Estiveram ainda presentes uma cientista especialista em desenvolvimento sustentável da Universidade de Columbia, uma especialista em temas de paz e diálogo inter-religioso da comunidade de Santo Egídio e ainda um cientista alemão especialista em climatologia. As edições da “Science” e da “Nature” publicadas pouco antes do lançamento da Encíclica fazem uma avaliação muito positiva do documento e da sua oportunidade, bem como dão conta de um relançamento do diálogo entre a fé e a ciência, pois nunca esta última tinha sido tão valorizada num documento papal. Esta variedade multicultural e multidisciplinar demonstra bem o que Francisco fez para publicar este documento e também o diálogo que dele deve nascer (Gimenez-Rico, 2015).

1.3 Diálogo proposto

A encíclica propõe um diálogo profundo, com um pendor estratégico e não meramente convencional. Esse diálogo deve ultrapassar leituras sectoriais e interesses particulares, dado que a resposta a um problema global, exigirá a mesma abrangência. O diálogo torna-se assim uma atitude vital, contínua e não meramente pontual ou simplesmente quando convém. Debruçar-nos-emos agora sobre os “grandes percursos de diálogo” (LS 163) propostos no capítulo V da Encíclica (LS 163-201).

A primeira linha de orientação refere-se ao diálogo sobre o meio ambiente na política internacional. Ao lançar a LS meio ano antes da COP 21 – Paris, Francisco procura lançar não apenas bases de discussão, mas sobretudo ser mais uma voz na defesa do meio ambiente, com a autoridade que lhe é conferida pela posição que ocupa e que lhe é reconhecida por crentes e

não crentes, incluindo os poderosos líderes mundiais. A este propósito refere Obama “Raro é o líder que nos faz querer ser pessoas melhores. O Papa Francisco é um desses líderes. Sua Santidade motiva-nos com a sua mensagem de inclusão, especificamente dos pobres, marginalizados e excluídos. (...) A sua mensagem é um antídoto para este tempo de cinismo” (Obama, 2014).

Ao nível internacional o diálogo parte do reconhecimento da interdependência de todos para se chegar a uma proposta global. Sendo o mundo um projeto comum, o consenso à volta do seu futuro deve ser mundial. Para se chegar a uma solução, ou pelo menos a propostas de mitigação, é urgente um amplo debate público, acompanhado de grande dedicação e de um espírito de compromisso (LS 165). Depois do fracasso da COP 15 (Copenhaga – 2009), o Papa procura que não se perca mais tempo na busca de decisões cada vez mais urgentes e afirma mesmo que se isso não acontecer, esta geração pode ficar na história como a mais irresponsável de sempre (LS 165). As decisões, fundadas a partir de uma “nova solidariedade” entre todos os povos, não devem colocar interesses nacionais acima de outros, respeitando cada um, ao mesmo tempo que propõe uma reação global forte perante este grande desafio das alterações climáticas.

Num segundo momento a encíclica apresenta as bases para o diálogo a fim de que apareçam novas políticas nacionais e locais (LS176-181). Neste apartado o foco vira-se para o interior dos países e tem como palavra de ordem a estabilidade. As leis e as tomadas de decisão não podem ser concebidas para um horizonte curto, eleitoralista. Deve procurar uma certa continuidade no tempo, resistir à tentação de medidas populistas para ganhar eleições e acabar com as míopes construções do poder que mais não querem do que eternizar aqueles que decidem nos lugares que ocupam, não procurando respostas sérias, ainda que incompreendidas imediatamente. Reconhecendo que não há soluções uniformes, nem receitas universais, não podem deixar de se estabelecer regras e de as fazer cumprir por todos, independentemente da sua capacidade económica ou relevância política. Localmente pode-se também fazer muito pelo ambiente, aproveitando as oportunidades, dando o exemplo de uma pequena cooperativa de

produção de energias renováveis, de desenvolvimento de técnicas agrícolas sustentáveis, sublinhando que “a instância local pode fazer a diferença” (LS 179).

Os estudos de impacto ambiental devem inserir-se nesta dinâmica de diálogo e de transparência e devem prever um controlo contínuo de todas as variáveis ambientais, bem como uma profunda análise dos riscos e benefícios de cada projeto, propões Sua Santidade no terceiro ponto (LS 182-188) deste capítulo. A atitude da Igreja não é de oposição a tudo, é sim de procurar um desenvolvimento verdadeiramente integral, em que o progresso só acontece se não deixar ninguém de lado e se promover a pessoa nas suas múltiplas dimensões. O princípio da precaução, contra danos irreversíveis, deve ser sempre tido em conta em cada decisão, que deve ser tomada com prudência e transparência, aceitando o contributo multidisciplinar que permite avaliar melhor cada situação.

A política e a economia também são chamadas a entrar em diálogo (LS 189-198). Ambas ao serviço da vida humana, devem evitar uma conceção mágica do mercado, como se pudesse haver uma autorregulação automática eficaz. A política não se deve submeter à economia e esta deve estar mais atenta aos princípios éticos e menos à maximização do lucro. O diálogo querido pelo Papa não o impede de dizer aquilo que pensa, bem pelo contrário. Num mundo com cada vez mais tecnologia impressiona que não se consiga acabar com os problemas mais básicos da humanidade, como a pobreza e a exclusão. Francisco preocupa-se em voltar a dizer que a Igreja não está contra o progresso, está sim é contra os obstáculos que em nome de um pseudo-progresso nós estamos a criar às gerações futuras. Apela, por fim, a que em conjunto, política e economia encontrem formas de interação orientadas para o bem comum (LS 198).

A última parte do capítulo (LS 199-201) é dedicada ao diálogo das religiões com as ciências. Valorizamos o plural “religiões” nesta proposta dialógica. Sabendo que qualquer solução de natureza técnica será sempre insuficiente, é oferecido às ciências o património cultural e ético dos textos religiosos capazes de tornar concretos princípios éticos que serão

decisivos para fazer frente às alterações climáticas. A paciência, a ascese e a generosidade serão a base de um diálogo que deve acontecer entre as ciências, os movimentos ecologistas, as religiões e entre cada pessoa do planeta a fim de que se cuide da natureza e dos pobres (LS 201).

1.4 Alguns critérios inspiradores do diálogo

O diálogo exige uma postura de abertura ao outro e implica a escuta. Neto (2016) insere a postura dialogal de Francisco na LS, no exercício do seu ministério petrino. Para o autor o diálogo implica pôr-se em saída e vice-versa, valorizando assim uma Igreja que não se fecha sobre si mesma, numa postura autorreferencial que desconfia e não valoriza o que está fora, para ir com todos ao encontro da verdade. Nesta atitude não pode haver nem proselitismo, nem provocação, mas sim um espírito de partilha. Não se procura desta forma impor culturalmente a nossa visão, nem julgando-se senhores da verdade pretenderem corrigir os outros. O diálogo com base na boa fé também não aceita tudo indiscriminadamente. É neste espírito que surgem alguns valores, critérios e princípios que nortearão o diálogo proposto na encíclica e que agora apresentamos servindo-nos do valioso contributo de Garcia Jiménez, (2015).

Em primeiro lugar deve procurar-se um consenso mundial sobre estas matérias de forma a que todos estejam de acordo no que é essencial e de base. Uma das três razões do chamado “impasse climático” é precisamente a confusão propositada que se lança sobre estes assuntos de forma a confundir a opinião pública e desacreditar a ciência. Desta forma diminui a capacidade de tomar medidas concretas e assertivas neste âmbito, o que terá levado a que muitos acordos não passassem do papel ou não atingissem os objetivos a que se propunham. Há ainda que lidar com os “céticos do clima” que não associam a participação humana às mudanças climáticas.

Para que o diálogo seja frutuoso é necessário, com urgência, identificar as pessoas e os países mais débeis, pois são os primeiros e os que mais sofrem com a crise ecológica. Desde

logo os países mais afetados, para com os quais os países desenvolvidos têm uma dívida ecológica, na medida em que são os grandes responsáveis pela sua situação. É fácil concluir que o estado destes países se deve em muito à exploração de que foram vítimas e também ao estilo de vida do ocidente que não olha às consequências quando está em causa satisfazer necessidades de consumo e de lucro.

Um terceiro elemento para dar credibilidade a todos os interlocutores do diálogo é o cumprimento dos acordos internacionais. O fracasso da COP 15 – COPENHAGA ou a falha em reduzir as emissões de gases com efeito de estufa resultante da não eficiência do Protocolo de Quioto faz com que a imagem das instituições internacionais saia deteriorada, bem como dificulte a sua função no futuro. O acordo resultante da COP 21 – PARIS possui inúmeros momentos de acompanhamento e de fiscalização sobre as metas a que os países se vão propondo, procurando alterar um certo voluntarismo/amadorismo com que se iam levando a efeito estes acordos. Ainda no mesmo acordo são os objetivos definidos por cada estado, contribuições nacionalmente determinadas, a referência no processo. A salvaguarda da soberania de cada estado tem de ser valorizada pois a simples alteração de leis e regras, não sendo acompanhada de uma mudança de atitude, não servirá os interesses do planeta e dos pobres.

Um ponto absolutamente central à LS é a relação íntima entre os problemas climáticos e a pobreza. Não é tanto uma relação de causa efeito, mas sim uma semelhança nas causas que dão origem aos dois problemas. De uma maneira simples diríamos que as pessoas e os países que não se preocupam com os pobres, também não se preocupam com as questões ambientais e vice-versa. Esta conexão dá-se também nos efeitos da ação, na medida em que os mais pobres são os que mais sofrem com a degradação ambiental, ao mesmo tempo que a deterioração da terra torna as pessoas mais pobres.

O cuidado para com o ambiente tem de se constituir como letra de lei. O direito tem um papel fundamental no reconhecimento do que deve ser feito e também ajudar com o seu efeito

coercivo a impedir crimes ambientais. Palavras como prevenção, precaução, controle, vigilância, regulação adequada são expressões usadas para dar conta deste cuidado que deve existir com o outro e com o ambiente e revelam o cuidado e a proteção que são pedidos e exigidos a todos. O código normativo é uma garantia da continuidade e da estabilidade, procurando não ser vulnerável aos impulsos partidários e a tendências eleitoralistas que tantas vezes fazem com que as medidas fiquem pelo caminho. É importante gerar processos que transformem as atitudes e “empoderem” os decisores/legisladores a ter em conta aquilo que melhor servirá o bem comum e não simplesmente o bem do governo, do partido, ou de qualquer associação que representem. Em todos estes meios é necessário possibilitar a participação de todos com os seus contributos e proceder com a mais elevada transparência, a fim de não restar qualquer dúvida ou desconfiança quer em relação ao processo legislativo, quer depois no acompanhamento e aplicação da lei “ad casum”.

Em todos estes critérios, valores e princípios, é o fator “H”, humano, que é decisivo. É dos homens que se espera e é a eles que se pede maior empenho. Aos cientistas pede-se que estudem e tornem públicos os mais recentes dados para, desta forma, as decisões se baseiem na mais apurada ciência. Aos políticos recorda-se a importância do seu trabalho e o perigo de mais omissões, recordando que não agir fará desta a geração mais irresponsável da história. Aos economistas e gestores fica o desafio de se responsabilizarem cada vez mais pela substituição de matérias primas não renováveis e também de deixarem de se servir de um espírito consumista que a continuar assim destruirá o planeta. Por fim, a todos, o Papa recomenda um novo estilo de vida que tenha no cuidado para com o outro e com o ambiente o seu eixo fundamental.

2. Ecologia integral

O conceito-chave da “Laudato Si” é o da ecologia integral. Veremos neste sub-capítulo o que o Papa pretende dizer com este conceito complexo e multi-dimensional, para depois analisarmos os princípios que estão na sua base.

Não há dúvida de que a humanidade enfrenta problemas ambientais de extrema gravidade, como podemos ver no primeiro capítulo. Não menos grave é a situação de tantos homens e mulheres vítimas do “progresso” económico, pobres, marginalizados, excluídos e descartados deste mundo tão ambivalente. Assim, reconhecendo o Papa que estamos num momento decisivo da nossa história, analisou com profundidade as causas do momento presente, o que o levou a afirmar que “Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise sócio-ambiental” (LS 139). Perante esta constatação a solução requer “uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza” (LS 139).

2.1 Várias dimensões, uma ecologia.

Francisco debruça-se sobre este conceito de “ecologia integral” no capítulo IV (LS 137-162) da Carta Encíclica “Laudato Si”. Desdobra o conceito de ecologia em múltiplas dimensões que agora analisamos, das quais sai um conceito único, integral e integrador, tão necessário num mundo em que tudo está interligado (LS 138).

Em primeiro lugar a ecologia é apresentada na sua dimensão ambiental, enquanto defesa e proteção do meio ambiente. Embora seja muito relevante essa aceção, Francisco vai mais longe e junta-lhe a dimensão económico-social, a cultural e ainda defende uma ecologia da vida quotidiana. Servindo-se do contributo de Bento XVI aborda ainda a ecologia do homem.

O sentido mais comum dado à ecologia aponta o meio ambiente, o ecossistema ou conjunto de ecossistemas, como o objeto desta ciência. Sem dúvida que o que conduziu ao nascimento da ecologia foi a preocupação pelo ambiente. O cuidado da natureza faz parte da abordagem integral proposta na encíclica e começa por considerar o valor de cada criatura em si mesma, intrinsecamente, não dependendo do uso e da utilidade que possa ter (LS 140). Ao falar da dimensão ambiental da ecologia, Francisco refere a necessidade de ser considerada a “capacidade regenerativa” de cada elemento dos ecossistemas procurando, dessa forma, que nenhum deles se perca ou desapareça. A novidade da carta não está neste ponto, que como vimos no primeiro capítulo já tinha sido sublinhada pelo magistério.

Uma segunda dimensão é a económica (LS141), que vai dando corpo ao complexo conceito. A encíclica reconhece que é necessário alcançar mais valias económicas com o progresso, mas sublinha que só vale a pena quando se respeita, ao mesmo tempo, a natureza e o homem. A defesa do ambiente deve ser tomada como parte integrante do desenvolvimento. Assim, não basta gastar menos se daí não resultarem melhorias na defesa da natureza e da qualidade de vida do homem. A ecologia económica permite olhar para a realidade de uma forma mais ampla ao propor a redução de gastos não só económicos, mas da própria natureza e até do desgaste do ser humano.

A questão especificamente social é tida em conta e acrescentada ao conceito de ecologia. Para o Papa a relação entre as instituições e delas com os seres humanos é essencial para uma vida com sentido, afirmando que “o estado de saúde das instituições numa sociedade tem consequências no ambiente e na qualidade de vida humana” (LS 142). A família, o grupo social primário, a comunidade local, a nação e as instituições internacionais veem reconhecida a sua importância à luz do princípio da subsidiariedade. Perante os ataques que vão destruindo estes diversos níveis sociais, nomeadamente pela injustiça, pela corrupção e pela violência, Francisco alerta para as consequências claras e diretas na vida daqueles que habitam o planeta. A ecologia funda-se assim, também, num outro princípio da doutrina social da Igreja, o bem comum,

procurando que todas as instituições conquistem e defendam os direitos de todos os seres humanos, independentemente de onde vivam, da idade que tenham e do nível social que alcançaram. A ecologia social consiste fundamentalmente em defender as instituições/grupos sociais sem os quais a vida do ser humano não seria a mesma, com implicações claras na defesa do ambiente e da qualidade de vida do homem.

Esta defesa do ser humano, para além das questões naturais, fica ainda mais vinculada com a “ecologia cultural” (LS 143-146). São muitas as identidades culturais presentes no nosso mundo. Apesar disso, cada uma merece ser valorizada e protegida, sob pena de se perder um património que não mais pode ser recuperado. Francisco afirma que este cuidado das riquezas culturais poderá evitar o desaparecimento de culturas, tão ou mais grave que o desaparecimento de uma espécie animal ou vegetal (LS 145). Para que isso aconteça é necessário, em primeiro lugar, colocarmo-nos do lado dos povos e culturas “em vias de extinção”, sem preconceitos ou com olhar etnocêntrico, conseguindo dessa forma valorizar o que é diferente. A humanidade de hoje, cada vez mais homogeneizada, não tem conseguido a paz nem um maior entendimento entre os povos. Só a valorização do que é diferente, e o respeito pelas culturas distintas da nossa, tornará o mundo melhor e a humanidade mais rica. A exploração e a degradação do meio ambiente em que alguns povos habitam impedirá que a variedade cultural se mantenha e destruirá a sua identidade, que é um verdadeiro “tesouro da humanidade” (LS 144). Reconhecer os direitos dos povos e das culturas, defender o seu património artístico, cultural e histórico e dar protagonismo aos atores sociais locais são os três eixos desta dimensão da ecologia.

Reconhecendo que “os ambientes onde vivemos influem sobre a nossa maneira de ver a vida, sentir e agir” (LS 147) é necessária uma ecologia da vida quotidiana” (LS 147-155). Depois de procurar olhar o conjunto e ter uma visão mais ampla dos problemas atuais e da crise, Francisco foca-se no dia a dia das pessoas e naquilo que pode melhorar efetivamente a sua vida. O Papa sublinha os esforços de tantos que procuram transformar espaços desagradáveis e até deteriorados em lugares onde seja possível uma vida digna e feliz. A ecologia humana, o esforço

e a criatividade de tantos, as relações de vizinhança calorosas, possibilitam que “qualquer lugar deixe de ser um inferno e se torne o contexto duma vida digna” (LS 148). É esta beleza da vida que permite suplantar e contrariar contextos pouco humanos, conducentes ao anonimato social, a comportamentos desumanos e de marginalização, transformando-os em lugares onde a vida é possível e vale a pena. Só uma visão de conjunto possibilitará que os erros cometidos no ordenamento do território não se repitam e continuem a encarcerar seres humanos em cidades, procurando que os espaços comuns sejam airosos e cuidados, melhorando o sentido de pertença que todos necessitam e que garantem não só a identidade cultural, mas também possibilitam que a marginalização e a delinquência não grassem nas periferias das grandes cidades. Problemas graves como a falta de habitação, o caos nos transportes e a vida caótica que experimentam tantos que vivem em grandes cidades não foram esquecidos na Encíclica.

Este apartado não ficaria completo sem a referência clara e explícita que Francisco faz do seu antecessor quando se refere à “ecologia do homem” dado que, assinala Bento XVI (2011) “também o homem possui uma natureza, que deve respeitar e não pode manipular como lhe apetece” (LS 155).

A ecologia integral apresenta-se como um paradigma de desenvolvimento alternativo (Núñez, 2016) vendo no meio ambiente um bem coletivo a cuidar. Não sendo a crise apenas ambiental, a Encíclica defende ainda o valor do trabalho como meio de defesa ecológica. De assinalar também a valorização das organizações da sociedade civil e o papel dos movimentos sociais enquanto defensores do bem comum, do qual falamos de seguida.

2.2 “Bem-comum”

O princípio do “bem-comum” é um conceito muito caro à doutrina social da Igreja sendo, por isso, abordado nos seus mais importantes documentos. A referência maior encontra-se na *Gaudium et Spes*, no número 26, que serve de base aos sete números (1905-1912) do Catecismo da Igreja Católica (CIC) e ainda à explicação proposta pelo Compêndio da Doutrina

Social da Igreja(CDSI) (2005) do número 164 ao 170.

É profética a definição dada pelos padres conciliares em relação ao “bem-comum”.

Afirmam:

“A interdependência, cada vez mais estreita e progressivamente estendida a todo o mundo, faz com que o bem comum - ou seja, o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição - se torne hoje cada vez mais universal e que, por esse motivo, implique direitos e deveres que dizem respeito a todo o género humano. Cada grupo deve ter em conta as necessidades e legítimas aspirações dos outros grupos e mesmo o bem comum de toda a família humana” (GS 26).

Neste pronunciamento está quase tudo o que é afirmado na encíclica, desde a interdependência de tudo o que existe e de tudo o que se faz, à defesa da dignidade humana e dos seus direitos e à valorização do progresso quando o seu fim for o bem da humanidade. Sendo o meio ambiente e a vida humana bens maiores, o homem não pode deixar de incluir a sua defesa, proteção e valorização no âmbito do bem comum.

O CDSI coloca na base do princípio do “bem-comum” a dignidade, a unidade e a igualdade de todas as pessoas (164). No mesmo número explicita que o “bem-comum” pode ser entendido como a dimensão social e comunitária do bem moral. A pessoa é origem e fim deste princípio, devendo responsabilizar todos os homens e chegar ao homem todo. Não sendo possível que alguém se demita deste dever, não pode também qualquer pessoa ser impedido de fruir do “bem-comum” (165).

Como objeto e exigência deste princípio o CDSI refere-se “ao empenho pela paz, à organização dos poderes do Estado, a uma sólida ordem jurídica, à salvaguarda do ambiente, à prestação dos serviços essenciais às pessoas, alguns dos quais são, ao mesmo tempo, direitos do homem: alimentação, morada, trabalho, educação e acesso à cultura, saúde, transportes, livre circulação das informações e tutela da liberdade religiosa” (166).

O CIC (1992) atribui ao princípio do “bem-comum” três elementos essenciais: o respeito pela pessoa como tal (1907), a exigência do bem-estar social e do desenvolvimento da própria sociedade (1908) e a necessidade da paz (1909).

Por fim, reafirmamos apenas que o “bem-comum” é dever de todos e não poderá ser atingido enquanto o progresso não chegar a todas as pessoas que habitam este planeta. Este progresso deve respeitar a dignidade de cada criatura e não impedir que aqueles que não-de chegar depois de nós fruam das melhores condições de vida. Só respeitando tudo isto é possível um verdadeiro desenvolvimento integral (LS 157).

2.3 Outros princípios de uma ecologia integral

Os princípios da doutrina social da Igreja estão todos presentes nesta proposta do Papa Francisco, até porque se correlacionam. O destino universal dos bens (LS 158) e uma clara opção pelos mais pobres, a subsidiariedade necessária para que a vida de cada um se torne melhor a partir dos diversos grupos em que está inserido. Também a participação de todos é tida em conta na Encíclica pois sem ela não se consegue mudar senão ações pontuais e por fim, a solidariedade entre os homens e entre as nações, procurando dessa forma resolver a questão da dívida ecológica do norte ao sul. Mas há ainda novos eixos de análise (Caamaño López, 2015) que nos ajudam a compreender esta proposta, decorrentes destes princípios que agora elencamos e trabalhamos.

- a) Uma ciência e uma técnica eticamente orientadas.

Desde o primeiro momento importa referir que a crítica ao paradigma tecnocrático não é uma recusa do progresso. Francisco vê com alegria o progresso e o desenvolvimento.

A ciência e a técnica não possuem uma neutralidade axiológica (LS 114) na medida em que não são instrumentos simples. Diante disto surge a obrigação de que ambas estejam regidas por princípios éticos e morais, garantindo desta forma a sua correta orientação.

A tecnociência deve desenvolver-se e colocar-se ao serviço do ambiente e das pessoas, ajudando na resolução das questões mais graves com que a humanidade se depara, a pobreza e a deterioração do meio ambiente. Desta forma, serão instrumentos privilegiados para promover um mundo mais justo, possibilitando também que as gerações vindouras encontrem um mundo melhor.

b) Uma adequada antropologia

A ecologia tornou-se uma questão antropológica e não atingirá os seus objetivos sem uma noção clara de quem é o homem e do seu papel entre as criaturas (LS 118).

Há dois perigos, do ponto de vista de uma antropologia cristã, que devem ser evitados, o antropocentrismo moderno e o biocentrismo. A crítica ao antropocentrismo moderno incide sobretudo na prática ostensiva de um domínio despótico sobre a natureza, usando e abusando e fazendo dela mero instrumento para aquilo que o homem quiser. É necessário, afirma o Papa, que o homem recupere “a harmonia serena com a criação” (LS 225).

Em relação ao biocentrismo, teoria que defende o fenómeno da vida como critério ético fundamental, assentando nessa base o respeito que lhe é devido, a crítica surge por se colocar ao mesmo nível todos os seres vivos, atribuindo-lhes igual valor intrínseco. Exemplo de biocentrismo é a ecologia profunda que procura este nivelamento de todos os seres vivos. Assim, o ser humano seria apenas mais um entre os inúmeros seres vivos, retirando-lhe a centralidade da criação (Núñez, 2016).

“Esta situação leva-nos a uma esquizofrenia permanente, que se estende da exaltação tecnocrática, que não reconhece aos outros seres um valor próprio, até à reação de negar

qualquer valor peculiar ao ser humano” (LS 118). Em resposta ao antropocentrismo moderno (exagerado) e ao biocentrismo, propõe-se uma perspectiva cristã fundada num antropocentrismo relacional, conhecedor das diferenças ontológicas e axiológicas do ser humano em relação aos demais seres vivos, ao mesmo tempo que reconhece o valor intrínseco de cada elemento de um ecossistema (Núñez, 2016).

c) Justiça social e opção preferencial pelos pobres

Para Francisco a questão ecológica não se fica pela defesa do ambiente. A procura de melhores condições para o homem e a defesa da sua dignidade têm de lhe estar associadas. A vinculação entre ambas as questões eleva a discussão para a justiça social e defesa dos mais desprotegidos. “Não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (LS 49).

A defesa dos mais pobres é mais importante que a defesa do ambiente natural, embora não se possam dissociar. Escutar o “clamor dos pobres” é em primeiro lugar escolher um desenvolvimento integral, solidário e sustentável. Integral porque para todos e em tudo, solidário para que aqueles que têm mais possam contribuir mais fortemente e sustentável, não colocando em causa a vida das gerações futuras.

A solidariedade “inter” e intrageracional são uma marca forte da ecologia integral. A questão das gerações futuras inquieta o Santo Padre e fá-lo questionar-se: “Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer?” (LS 160).

Não podemos, apesar de tudo, pensar que há igualdade dentro da mesma geração, bastando para isso pensar na enorme diferença de nível de vida entre o norte e o sul. O Norte é responsável por uma dívida dolorosa em relação aos países do sul que se sente cada vez mais e

que traz consigo efeitos perversos para o futuro na medida em que aumenta a sua dependência ao mesmo tempo que se tornam mais vulneráveis às consequências desta crise sócio-ambiental.

d) Conversão ecológica e estilos de vida

Por fim o Papa propõe uma conversão ecológica radical que resulte na mudança de estilo de vida. O estilo consumista, uma vivência de luxo e de lixo e uma cultura de descarte são desafios para os quais Francisco pede uma inversão. O esforço de configuração com Jesus Cristo e o modelo São Francisco de Assis constituem-se como a medida a propor e caminho a seguir. Da necessidade da conversão e da proposta para um novo estilo de vida falamos no próximo subcapítulo.

3. Conversão ecológica

A “conversão ecológica” foi apontada como caminho a prosseguir por João Paulo II, em audiência geral de 17 de Janeiro de 2001, ao afirmar que “é preciso estimular e apoiar a "conversão ecológica" (João Paulo II, 2001a). O Papa sublinhava a necessidade de uma atenção crescente à qualidade de vida e à ecologia que estava a começar a acontecer e que se manifestava numa maior sensibilidade aos sinais que têm sido dados rumo a uma nova abordagem deste tema.

Mais tarde, na exortação apostólica “Pastores Gregis” (João Paulo II, 2003) reafirmando a ligação de uma ecologia física com a ecologia humana, João Paulo II sublinha a necessidade de uma “conversão ecológica” a fim de preparar para as gerações futuras um ambiente próximo daquele que o criador proporcionou, mantendo o seu projeto para o mundo e para a humanidade.

Em LS o Papa Francisco apresenta esta conversão definindo o seu alcance que não pode deixar de ser integral (LS218). Defensor de uma ecologia integral, como vimos atrás, Francisco propõe uma conversão radical que chegue a todo o agir do ser humano. No início do capítulo VI da LS está bem resumido o pensamento de sua santidade:

“Muitas coisas devem reajustar o próprio rumo, mas antes de tudo é a humanidade que precisa de mudar. Falta a consciência duma origem comum, duma recíproca pertença e dum futuro partilhado por todos. Esta consciência basilar permitiria o desenvolvimento de novas convicções, atitudes e estilos de vida. Surge, assim, um grande desafio cultural, espiritual e educativo que implicará longos processos de regeneração” (LS 202).

Esta conversão terá de acontecer, em primeiro lugar, no interior da pessoa. Para os crentes não pode haver mais adiamentos ou desconfiança nos dados e na responsabilidade humana pelas mudanças climáticas (LS 217). O que está em causa é uma reconciliação com a criação que passa por uma mudança profunda de coração (LS 218). Não é, por isso, uma operação de cosmética, exterior, mas sim uma mudança que emerge a partir do interior de cada

um e chega a tudo o que nós fazemos, mesmo às pequenas coisas e aos gestos que parecem mais insignificantes.

Apesar de partir do indivíduo, este não basta para que o resultado seja o necessário. Perante isto, o Papa recorda que só uma “conversão comunitária” (LS 219), muito mais forte que o conjunto das mudanças individuais, pode ajudar a atingir os objetivos traçados. Esta mudança só será duradoura se criar um dinamismo constante e profundo, capaz de impossibilitar que se regrida.

No decorrer do capítulo VI são propostos vários modelos que nos podem ajudar a esta conversão e a uma vida em que respeitemos o outro e o ambiente. Desde logo, o Santo que inspira esta abordagem, Francisco de Assis, que “propõe uma sã relação com a criação como dimensão da conversão integral da pessoa” (LS 218). Para sublinhar a importância de pequenos gestos é-nos colocado como modelo Teresa de Lisieux (LS 229) e para falar da ligação íntima entre Deus e os seres vivos é citado São João da Cruz. A conversão é entendida como a vivência de uma espiritualidade ecológica em que todos os seres, ligados entre si, têm valor por si mesmo.

Veremos agora as atitudes que precisam de mudança e as motivações de uma conversão ecológica “para ativar um cuidado generoso e cheio de ternura” (LS 220).

3.1 Urgência de conversão

Sendo apontado como a razão principal do estado das coisas, o paradigma tecnocrático, caracterizado por uma confiança total na ciência e na técnica e baseado num modelo consumista, é a primeira linha de ação. Reconhecer que a ciência e a técnica não são axiologicamente neutras e que muitas das nossas decisões são tomadas à luz deste paradigma, constitui-se como oportunidade para a mudança de paradigma.

Da mesma forma que tudo está conectado quando as ações são boas e tudo corre bem, o mesmo acontece quando as atitudes não defendem nem a dignidade do ser humano nem o

meio ambiente. Deve ser, assim, evitada a “cultura de descarte” (LS 16, 22, 43) que facilmente transforma em lixo aquilo que ainda podia durar muito tempo e dispensa as pessoas não produtivas, como as crianças e os idosos, esquecendo o quão necessárias e importantes são para a sociedade.

Vivendo num ambiente individualista, em que a preocupação se fica pelo bem-estar do próprio e o outro não tem lugar nas preocupações, o homem de hoje deixa-se enredar por um espírito egoísta em cujo coração o outro não encontra lugar. Superar o individualismo e as “barreiras do egoísmo” (LS 149) não podem deixar de se constituir como um desafio para todos. Só assim a vontade de domínio e de acumulação poderá deixar de existir, para dar lugar a novas formas de estar e a “um novo estilo de vida” (Ls 16).

Num mundo onde tudo muda muito rápido (Rapidación, LS 18), incompatível com a velocidade e evolução biológica, é necessário “abrandar o ritmo”, para viver melhor. A “ansiedade doentia” (LS 226) de que por vezes também somos vítimas impede-nos de saborear a vida e dar a atenção necessária à natureza e a cada pessoa que conosco se cruza.

Tudo o que acabamos de dizer é fruto da “globalização da indiferença” (LS 52) que se reflete na nossa vida e nos faz passar ao largo daqueles que estão ao nosso lado, sobretudo dos que mais sofrem e dos que mais necessitam da nossa compaixão. Isto acontece não só com os seres humanos, mas também com a natureza em geral, na medida em que não nos importamos com o que acontece à nossa volta.

A conversão ecológica é urgente também porque nos libertará de um “ativismo vazio, da ganância desenfreada e de uma consciência isolada que pensa apenas em si próprio e no seu benefício pessoal (LS 237). Diante desta realidade, é necessário criar uma base, uma mística, motivações que nos ajudem a inverter a nossa vida e a manter um rumo novo onde a natureza e os outros tenham lugar importante, resultando num novo estilo de vida de que agora falaremos.

3.2 Motivações, virtudes e atitudes para um novo estilo de vida

Apesar de constatar que a destruição da natureza e do ser humano está a atingir proporções dramáticas, o Papa Francisco não deixa de olhar o mundo e a humanidade com esperança. “Mas nem tudo está perdido, porque os seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se...” (LS 205).

Propõe, para uma mudança efetiva, uma mudança assente em motivações fortes e um conjunto de virtudes sólidas que guiarão o agir do ser humano neste tempo novo. Não basta legislação ou condicionalismos externos, mas sim uma mística capaz de transformar a ação a partir do interior (LS 211). É sobre essas virtudes e motivações que agora nos debruçamos.

O início há-de caracterizar-se por uma reconciliação com a criação (LS 218), com todas as criaturas, (LS 66) conduzindo a uma verdadeira comunhão universal (LS76). Esta reconciliação necessita de duas atitudes, reverência e regeneração. Reverência face à vida (LS 207) a fim de alcançar uma maior justiça social e a tão desejada paz, e a regeneração dos seres humanos, de cada pessoa e dos ecossistemas existentes.

A mística que nos anima (LS 216) encontra o seu fundamento na beleza da obra de Deus e na sua contemplação. Beleza (aparece por 36 vezes na encíclica) é um tema central desta mudança, conducente a uma nova espiritualidade. Este novo olhar é depois acompanhado por um conjunto de virtudes e motivações que possibilitarão um novo estilo de vida. Desta contemplação estética surgirão a gratidão e a gratuidade diante de Deus, da natureza e dos outros. Estas virtudes recolocarão o homem no lugar querido por Deus aquando da criação e dar-lhe-ão uma importância perdida com a busca incessante de consumo e pela ânsia desesperante em que tantas vezes se deixa cair (LS 220). Olhar para a natureza com gratidão, reconhecendo que ela é dom de Deus, implica salvaguardá-la, protege-la, defende-la de todos os abusos de que tem sido alvo. Já a gratuidade apela para a nossa ação responsável, sem esperar nenhum benefício imediato, atingindo assim uma comunhão verdadeiramente universal com a humanidade e a natureza.

Também a liberdade é amplamente tratada na encíclica. É à liberdade humana que se faz um forte apelo a que possa limitar a ciência e a técnica e orientá-las, recolocando-as ao serviço do ser humano, para que atinja “...outro tipo de progresso, mais saudável, mais humano, mais social, mais integral” (LS 112). A liberdade deve ser usada no desenvolvimento da capacidade de fazer com que o progresso chegue a todos e ninguém se torne vítima de um sistema económico-financeiro que privilegia uns poucos e deixa para trás grande parte da humanidade sem o indispensável para uma vida digna.

Nada disto se conseguirá sem uma correta e profunda educação capaz de criar uma “cidadania ecológica” (LS 211), consciente do desafio que enfrentamos. Desde muito cedo, a escola e a família têm de estar conscientes de que o seu papel é insubstituível, no acompanhamento e crescimento dos mais novos no que se refere ao cuidado que devem ter desde já e na sua idade adulta. Só mudando a mentalidade dos mais novos se poderá inverter a trajetória a que temos assistido. Mudar o que está fora, as leis, as instituições e até as doutrinas, de nada vale se não for acompanhado por esta mudança interior, por um processo de afinação da consciência ecológica. De ressaltar também o pedido do Papa para que se enfrentem os problemas com criatividade e entusiasmo (LS 220), fatores em que os jovens são peritos e possuem em abundância. A grande mudança passará por eles, pela forma como olharem para estes problemas e os enfrentarem com a sua própria determinação, capazes de acreditar e de se dedicar a grandes causas, nas quais a questão ecológica terá um lugar central. Educado para uma cidadania ecológica integral o homem atingirá e saboreará um equilíbrio novo, global, em si mesmo, com a natureza, com os outros e com Deus.

“A educação ambiental tem vindo a ampliar os seus objectivos. Se, no começo, estava muito centrada na informação científica e na consciencialização e prevenção dos riscos ambientais, agora tende a incluir uma crítica dos « mitos » da modernidade baseados na razão instrumental (individualismo, progresso ilimitado, concorrência, consumismo, mercado sem regras) e tende também a recuperar os distintos níveis de equilíbrio ecológico: o interior consigo mesmo, o

solidário com os outros, o natural com todos os seres vivos, o espiritual com Deus” (LS 210).

O novo estilo de vida proposto pelo Papa na Encíclica pode caracterizar-se sobretudo como uma “cultura do cuidado” (LS 229,231). Nesta expressão e neste complexo conceito está resumido aquilo que o Papa pede e espera de todos os que habitam a terra enquanto “casa comum”. Contrariamente ao paradigma dominante, a “cultura do cuidado” tem na compaixão o seu elemento determinante. A capacidade de sofrer com o irmão, de se preocupar e de lhe diminuir o sofrimento é a pedrada no charco da indiferença em que a humanidade está inserida.

Viver uma “cultura do cuidado” é também optar por uma vida simples, sóbria, atenta e concretizada em pequenos gestos (LS 213,231). Estes, embora pareça que nada contam para a nossa vida e para a dos outros, tornam-na melhor, fazendo com que seja possível, também, pensar em grandes coisas. Os pequenos gestos inserem-nos na comunidade e ajudam-nos a compartilhar a vida de todos, através do respeito e do cuidado que a todos devemos. A simplicidade, a sobriedade e a austeridade têm, nos últimos tempos, recebido conotações que nada abonam a seu favor. Contudo, afirma o Papa, que “a sobriedade, vivida livre e conscientemente, é libertadora” (LS 223).

Só uma mística forte, que parta e proporcione as virtudes e motivações de que falamos pode sustentar uma ação humana consciente, livre e libertadora, responsável pelos seres humanos, procurando salvaguardar sempre a sua dignidade, sem com isso colocar em causa a defesa, a proteção e a salvaguarda do meio ambiente. Este caminho, percorrido à luz do “cuidado” criará um novo estilo de vida, uma comunhão universal, uma ecologia capaz de tornar um mundo um lugar melhor e os homens seres mais felizes.

Ecologia e Valores

Prática de ensino supervisionada

Capítulo III

1. Caracterização da realidade escolar

Procuraremos neste primeiro capítulo olhar para a escola e caracterizar a turma que nos foi confiada para lecionação. Abordaremos o contexto em que a escola está inserida e na turma, o número, a idade, o ambiente familiar dos alunos, o seu aproveitamento e a sua formação religiosa.

Situada na área metropolitana do Porto, a cidade de Valongo é sede de um concelho com cerca de 100,000 habitantes distribuídos por quatro freguesias, incluindo a sede que tem um quarto da população. Em todo o concelho há 39 escolas, divididas em 6 agrupamentos. É nesta cidade, terra do pão e da lousa, que está estabelecido o Agrupamento de escolas “Vallis Longus”, contando com nove escolas, sete das quais do primeiro ciclo e pré-escolar, uma apenas com pré-escolar e a escola sede do agrupamento, dos 2º e 3º ciclos.

Foi na Escola Básica “Vallis Longus” que pude realizar a prática de ensino supervisionada. Esta escola que assume bem a missão do agrupamento de “Formar cidadãos com uma sólida educação pessoal, social e científica e que desenvolvam as capacidades/competências necessárias para um bom desempenho profissional e pessoal, com autonomia e espírito crítico, com vista à integração numa sociedade em constante mudança”(Projeto educativo, 2014).

A turma “E” do oitavo ano, que a partir daqui procurarei caracterizar, foi a que me calhou em sorte para realizar o estágio. Com vinte seis alunos, esta turma tem uma taxa de inscrição em Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC) de 77 por cento, um pouco acima da média da escola. Dos vinte alunos inscritos, onze do sexo feminino e nove do masculino, três repetiam o 8º ano.

Todos os alunos residem em Valongo. Isso e o percurso escolar comum, a maior parte na mesma turma, faz com que os alunos conheçam bem os seus colegas, proporcionando dessa forma um relacionamento agradável. O facto de terem sido da mesma turma permite também que a caracterização realizada pelo director de turma não se fique apenas pelas questões

habituais, mas possa ir mais longe, sobretudo no que se refere ao trabalho cooperativo, tão importante no processo ensino-aprendizagem.

No que se refere à idade, dois alunos começaram o ano com doze anos, três com treze, uma com 15, e todos os outros com treze. De ressaltar também que os 4 alunos mais velhos têm pelo menos uma retenção no seu percurso académico, sendo que no caso das alunas Catarina, Cláudia e Nídia o ano de retenção é o que agora estão a repetir. Daqui concluímos que será sempre necessário aplicar diferenciação pedagógica na lecionação dos conteúdos de maneira a que os alunos, todos, consigam aprender.

Os pais têm um papel insubstituível no desempenho escolar dos filhos. Os alunos vivem com os seus progenitores que, à exceção de 7, possuem um grau de escolaridade igual ou superior ao ensino secundário, sendo de assinalar que boa parte da turma tem alguém em casa com formação superior. Os que possuem o primeiro ciclo (quatro) são pais de dois alunos, o Diogo Ferreira e a Fabiana. Quase todos os pais conseguirão, querendo, acompanhar e ajudar os seus educandos na sua tarefa escolar.

O aproveitamento global da turma é positivo, excetuando as 3 retenções a que já nos referimos e ainda a aluna Fabiana. Apenas três alunos frequentaram os programas de apoio. O Diogo, a Francisca e a Fabiana. São, portanto, seis os alunos que apresentam níveis negativos. Os outros 14 alunos, embora não estando todos ao mesmo nível, possuem um bom aproveitamento escolar, referindo mesmo que há uma aluna com 5 a todas as disciplinas e outros muito próximos desta meta.

No que diz respeito à nossa disciplina há a acrescentar que grande parte dos alunos frequentou a catequese e tem conhecimentos mínimos dos conteúdos que abordámos. Neste momento são poucos os que continuam a ser assíduos à catequese.

Perante isto e outros condicionantes e circunstâncias para que olhamos no início do ano, propusemo-nos a planificar um ano com quatro unidades letivas, o amor humano, o ecumenismo, a ecologia e a liberdade, por esta ordem, como a seguir apresentaremos e

analisaremos. Tudo isto com uma relação professor aluno e aluno aluno que melhore o processo pedagógico facilitando as aprendizagens.

2. Gestão do currículo

2.1 Planificação anual e por período

A planificação assume um papel preponderante na agilização e operacionalização da gestão curricular. Daí afirmar-se que “o processo de gestão do currículo exige, portanto, um planeamento estratégico que não se compadece com formas simplistas de antever sequências de actividades a realizar pelos alunos. Pelo contrário, requer uma concepção finalizada e orientadora, mas também flexível e aberta, das formas pelas quais se pretende levar os alunos a fazer determinada aprendizagem” (Leite, 2010). É partindo da questão – como vou fazer para que eles aprendam? - que preparamos as seguintes planificações.

2.1.1 Planificação anual

GESTÃO/CALENDARIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS AULAS PREVISTAS

8^o ano EMRC

AULAS PREVISTAS							CONTEÚDOS			
1 ^o PERÍODO		2	3	4	5	6	Aulas	UNIDADES	TEMAS	
	Set						1		Receção aos alunos	
		2	2	2	2	2	2	1	Zero	Apresentação, materiais e regras
	Outubro	2	2	3		1	2	2		Critérios de avaliação e ficha diagnóstica
5		6	7	8	9	3		O amor	Introdução	
Nov.	1	1	1	1	1	4			O amor, a afectividade e alguns provérbios relacionados.	
	2	3	4	5	6	5			O A. como essência da realização humana e a sua presença na arte	
Nov.	1	2	2	2	2	6			A fecundidade como fruto do amor e a sexualidade como uma das suas manifestações.	
	2	3	4	5	6	7			Paternidade e maternidade responsáveis. Métodos de planeamento familiar	
	9	1	1	1	1	8			Mensagem bíblica sobre o amor e a fecundidade	

2º PERÍODO	Dez	1	1	1	1	2	9		A alegria do amor. Questão aula.	
		2	2	2	2	2	10		A riqueza da sexualidade e as diferenças na sua vivência. Questão aula.	
		3	4	5	6	7		Cristianismo em Caminho	Ecumenismo- momentos de ruptura	
	7	F	9	1	1		12		Ecumenismo – elementos de comunhão	
		0	1	2	3	4	11		Autoavaliação	
	1	1	1	1	1		13			
		4	5	6	7					
	3º PERÍODO	Janeiro	4	5	6	7	8	1	Ecologia e valores	Baden Powell; introdução à UL
			1	1	1	1	1	2		O mundo como casa comum
			1	2	3	4	5	3		Ação humana sobre a natureza e o seu esgotamento
		8	1	1	2	2	2			Principais ataques à natureza
			8	9	0	1	2	4		Razões de comportamento destrutivos e meios de salvar a natureza
		2	2	2	2	2	2	5		Carnaval
5			6	7	8	9	6		A natureza nas tradições religiosas	
Fev.		8	C	1	1	1	7		A pessoa de São Francisco e a sua mensagem	
		1	1	1	1	1	8		Ficha de Avaliação	
5		6	7	8	9		9		Cuidar da terra cuidar dos outros – uma ecologia integral:	
		2	3	4	5	6	10		Organizações, instituições e a Igreja como “cuidadores” da terra Autoavaliação	
2	9	1	2	3	4	11				
	7	8	9	1	1					
3º PERÍODO	Abril	4	5	6	7	8	1	Liberdade	Maximiliano Kolbe, Introdução à UI	
		1	1	1	1	1	2		A opção pelo bem como exercício da nossa liberdade	
		1	2	3	4	5	3		Jogo(s) de influências	
	8	1	1	2	2	2			Condicionamentos à liberdade	
		8	9	0	1	2	4		A Páscoa como itinerário de libertação	
	2	F	2	2	2	2	5		Carnaval	
		6	7	8	9		6		A parábola do pai misericordioso, o amor de Deus e a liberdade hum	
	2	3	4	5	6	7	7		Deus: apelo à liberdade, à vida e à independência dos bens materiais	
		9	0	1	2	3	8		Ficha formativa	
	1	6	7	8	9		9		Liberdade como fundamental à dignidade humana	
		1	1	1	1	1	10		Autoavaliação	
3	0	1	2	3						
	6	7	8	9	F					

2.1.2 Planificação por período

1º Período

PLANO A MÉDIO PRAZO			
UNIDADE TEMÁTICA	O amor	Nº DE AULAS	8
CONTEXTO EDUCATIVO	Turma heterogénea ao nível das capacidades, globalmente empenhada.		

METAS CURRICULARES	Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana; M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano; H. Articular uma perspectiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica; F. Conhecer a mensagem e cultura bíblicas; O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.
---------------------------	--

ESQ. HERMENÊUTICO:	
---------------------------	--

Temas organizadores	Objetivos	Conteúdos
Amor; amizade, solidariedade; fecundidade, sexualidade	Reconhecer a sexualidade, a fecundidade e o amor humano como essenciais à realização da pessoa.	<p>Amor e fecundidade humana: Fecundidade é sinal e fruto do amor, todo o amor é fecundo e criativo; O amor abre a família à relação com os outros (a família, a adoção, a opção por ideais e causas); A fecundidade sexual é um bem social de: Realização pessoal; Sobrevivência da espécie; Participação na construção da sociedade</p>
Família, paternidade, maternidade, pessoa	Organizar um universo de valores fundado na perspectiva cristã e na liberdade responsável de cada pessoa.	<p>A paternidade e a maternidade responsáveis. A proposta da Igreja Católica sobre o controlo da natalidade, uma perspectiva ética que defende o bem da pessoa: O respeito pela vida humana; A abertura à vida; A aprendizagem do controlo do desejo sexual, para que o ato sexual não seja um egoísmo a dois; O respeito do Estado pelas decisões do casal (não pode impor medidas de controlo da natalidade); A vivência da plenitude do ato sexual: união, relação pessoal e procriação; O discernimento responsável do casal.</p>
Fecundidade, sexualidade, planeamento familiar, métodos anticoncecionais	Relacionar os dados das ciências sobre o planeamento familiar com a interpretação cristã da realidade e da pessoa humana.	<p>Noção de planeamento familiar; Os métodos anticoncecionais: sua eficácia; suas vantagens e desvantagens; suas limitações éticas.</p>
Bíblia, amor,	Descobrir a mensagem cristã sobre o amor e a fecundidade, reconhecendo as suas implicações na prática da vida quotidiana.	<p>A fecundidade como bênção de Deus. Os filhos como dádivas de Deus A aceitação da vontade de Deus e o amor edificam a família universal.</p>

Alegria, amor.	Desenvolver uma atitude responsável perante a sexualidade.	Ser responsável, antecipando as consequências dos próprios atos. O respeito pelo corpo, os sentimentos próprios e os dos outros. A importância da fidelidade e da doação no amor e na sexualidade. Podemos sempre adotar uma posição mais responsável, mesmo quando anteriormente agimos sem uma boa reflexão.
----------------	--	---

METODOLOGIAS A PRIVILIGIAR	Momentos expositivos, trabalhos de grupo.
RECURSOS	Manual, material de projecção, material para as dinâmicas, bíblia.
POSSIVEL INTERDISCIPLINARIDADE	

PLANO A MÉDIO PRAZO

UNIDADE TEMÁTICA	Ecumenismo	Nº DE AULAS	2
-------------------------	------------	--------------------	---

CONTEXTO EDUCATIVO	Turma heterogénea ao nível das capacidades, globalmente empenhada.
---------------------------	--

METAS CURRICULARES	E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo; D. Promover o diálogo inter-religioso como suporte para a construção da paz e a colaboração entre os povos; I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade; G. Identificar os valores evangélicos.
---------------------------	---

ESQ. HERMENÊUTICO:	
---------------------------	--

Temas organizadores	Objetivos	Conteúdos
Momentos de ruptura	Interpretar criticamente factos históricos sobre a separação entre as Igrejas cristãs.	O que é o movimento ecuménico O cisma entre Ocidente e Oriente; Identidade da Igreja Latina (Romana) e da Igreja Ortodoxa (Bizantina); O cisma do Ocidente; A Reforma Protestante: – Martinho Lutero; – João Calvino. - O Anglicanismo.
Elementos de comunhão	Conhecer passos e atitude de diálogo ecuménico	O Testemunho do irmão Roger; Experiência dos Focolares e da Comunidade de Sant’Egídio O Concílio Vaticano II Atitudes para a construção da unidade: – eliminação de juízos, palavras e ações hostis; – oração comum entre pessoas de comunhões diferentes;

		<ul style="list-style-type: none"> – acolhimento generoso do outro e aceitação do testemunho que dá da mensagem; – reconhecimento dos próprios erros; – cooperação na construção da sociedade.
--	--	---

METODOLOGIAS A PRIVILIGIAR	Momentos expositivos, trabalhos de grupo.
RECURSOS	Manual, material de projecção, material para as dinâmicas, bíblia.
POSSIVEL INTERDISCIPLINARIDADE	

2º Período

PLANO A MÉDIO PRAZO

UNIDADE LECTIVA	ECOLOGIA E VALORES	Nº DE AULAS	6
------------------------	---------------------------	--------------------	---

CONTEXTO EDUCATIVO	Turma heterogénea ao nível das capacidades, globalmente empenhada.
---------------------------	--

METAS CURRICULARES	B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história. C. Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas. J. Descobrir a simbólica cristã. O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.
---------------------------	--

ESQ. HERMENÊUTICO:	
---------------------------	--

Temas organizadores	Objetivos	Conteúdos
Natureza e cuidado	Conhecer a matéria da unidade lectiva	<p>O mundo é a nossa casa; Acção humana sobre a natureza; A natureza na sabedoria religiosa; Cuidar da terra, cuidar dos outros; Acontecimentos importantes relativos à ecologia; “COP 21”, “Laudato si”</p>
A vida de Baden Powell	Conhecer Baden-Powell e algumas das suas ideias, bem como o movimento que fundou.	<p>Robert Stephenson Smyth Baden-Powell (Londres, 22 de Fevereiro de 1857 — Nyeri, 8 de Janeiro de 1941) foi um tenente-general do Exército Britânico, fundador do escutismo. A escola Charterhouse; o serviço militar; o regresso a Inglaterra; o 1º acampamento;</p>
Ecologia integral	Reconhecer o mundo como a “nossa casa”.	<p>O mundo como lugar que torna a nossa existência possível. O ambiente e a biodiversidade. O ser humano na relação com os outros seres vivos. Proteger a nossa “casa comum” Ecologia integral Aldeia global Desenvolvimento sustentável</p>

A natureza “vista” e transmitida pela arte.	Conhecer obras de arte onde a natureza seja retratada	As quatro estações de Vivaldi Poema de Alberto Caeiro – “A Salada” Pintura “O grito” de Edvard Munch Texto de Miguel Torga “O doiro sublimado”
Dados da fé cristã sobre a natureza	Conhecer a perspectiva cristão sobre a natureza e o mundo	A natureza como criação de Deus. O homem como expoente máximo dessa criação. Consequências da fé na criação: Proteção e preservação.
A acção humana sobre a natureza.	Interpretar criticamente a acção humana sobre a natureza.	- A destruição do ambiente vital onde todos habitamos: O esgotamento dos recursos naturais, a desertificação, a extinção dos habitats e das espécies, a poluição, o aumento da temperatura média global, o «buraco» na camada de ozono. O mau uso dos recursos a nível individual. · Razões que conduzem ao comportamento destrutivo: o egoísmo; o desenvolvimento direccionado para o lucro e não para o bem-estar global; a vontade de obter condições de bem-estar no imediato sem prevenir as consequências negativas a médio ou longo prazo; a subordinação da política à economia.
A natureza, sacramento de Deus para os crentes.	Conhecer a perspectiva religiosa sobre a natureza como local de encontro com Deus.	O “Criado” em várias tradições religiosas; A experiência da gratidão em relação ao Deus que na criação se dá e tudo nos oferece; O reconhecimento da natureza como lugar permeado pela presença de Deus; A natureza como local onde se pode fazer a experiência do encontro com Deus; A responsabilidade do ser humano em relação a toda a natureza: usar a natureza com equilíbrio e sem arbitrariedade e egoísmo. A responsabilidade em relação às gerações vindouras. Instituições de defesa da natureza: objetivos e atuações.

METODOLOGIAS A PRIVILIGIAR	Momentos expositivos, trabalhos de grupo, método experiencial-hermenêutico
RECURSOS	Manual, material de projecção, material para as dinâmicas, bíblia.
POSSIVEL INTERDISCIPLINARIDADE	Ciências naturais – Sustentabilidade da terra: gestão sustentável dos recursos. Educação tecnológica – Impacto social e ambiental das tecnologias. Francês – Ecologia. Geografia – Ambiente e sociedade: alterações do ambiente global; grandes desafios ambientais.

3ª Período

PLANO A MÉDIO PRAZO			
UNIDADE LECTIVA	A liberdade	Nº DE AULAS	10

CONTEXTO EDUCATIVO	Turma heterogénea ao nível das capacidades, globalmente empenhada.
---------------------------	--

METAS CURRICULARES	L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé. Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana. M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano. G. Identificar os valores evangélicos. P. Identificar o fundamento religioso da moral cristã.
---------------------------	--

ESQ. HERMENÊUTICO:	
---------------------------	--

Temas organizadores	Objetivos	Conteúdos
Conceitos	Conhecer os conteúdos da unidade lectiva e definir conceitos fundamentais da temática	<p>Liberdade - É a autonomia do ser humano, a sua independência em relação às forças da natureza e aos demais seres humanos.</p> <p>Livre-arbítrio = agir de forma autónoma.</p> <p>Libertinagem como mau uso da liberdade.</p> <p>Liberdade orientada para o bem, para o bem maior.</p>
A vida de um homem livre.	Conhecer a vida de Maximiliano Kolbe.	<p>Maximiliano Maria Kolbe nascido Rajmund Kolbe, O.F.M. Conv. (Zduńska Wola, Polónia, 8 de janeiro de 1894 – Auschwitz, 14 de agosto de 1941), foi um padre missionário franciscano da Polónia. Morreu como mártir no campo de concentração nazi de Auschwitz, como voluntário para morrer de fome no lugar de Franciszek Gajowniczek como castigo pela fuga de um outro prisioneiro, que lhe deu o privilégio de ser aceite pelo Estado de Israel como Justo entre as nações.</p>
	Conhecer alguns conceitos fundamentais da temática	<p>Níveis de liberdade</p> <p>Consciência moral</p> <p>Heteronomia e autonomia</p> <p>Opção pelo bem</p> <p>“Os fins não justificam os meios”</p> <p>Discernimento e juízo crítico.</p>
Obstáculos à liberdade	Interpretar criticamente situações de manipulação e outros obstáculos à liberdade	<p>Manipulação como forma de privar alguém da sua liberdade</p> <p>Publicidade e propaganda como meios de atingir fins comerciais e políticos.</p> <p>Libertar-se da manipulação (através de juízo crítico)</p>
	Conhecer o contexto bíblico e o recurso	<p>Obstáculos à liberdade. De ordem interna/externa.</p> <p>Factores de tipo económico, material, social, publicitário.</p> <p>Uma parábola é uma narrativa fictícia que recorre a elementos da vida quotidiana representar a relação de Deus com as pessoas e vice-versa e das pessoas entre si.</p>

<p>Mensagem cristã sobre a liberdade e a responsabilidade</p>	<p>literário (a parábola) utilizado por Jesus.</p>	<p>O Deus dos cristãos respeita a liberdade humana.</p>
<p>Dependências.</p>	<p>Conhecer a mensagem cristã sobre a relação entre a bondade amorosa de Deus e a liberdade humana</p>	<p>Parábola do filho pródigo Pai – Misericordioso, oferece liberdade Filho Mais novo ansioso por sair de casa e cumprir os seus sonhos Filho mais velho – Cumpridor, invejoso.</p> <p>Imagens de pessoas, prioritariamente famosos, que mostram a diferença entre o que eram e o que se tornaram com o consumo de drogas.</p>
	<p>Apontar dependências e alguns dos seus efeitos.</p>	<p>Consequências de algumas dependências, como o tabaco e o álcool, nos mais diversos âmbitos (pessoal, meio familiar, sociedade).</p> <p>Algumas dependências: álcool, drogas, tabaco, jogos, internet, televisão, telemóvel.</p>
<p>Mau uso da liberdade.</p>	<p>Tomar consciência dos riscos das dependências.</p>	<p>A busca hedonista do prazer. A procura de alargar os nossos limites. O desafio da autoridade. A libertinagem.</p>
<p>Razões do mau uso da liberdade</p>	<p>Debater sobre razões que possam justificar comportamentos de risco</p>	<p>O uso da liberdade para potenciar cada pessoa e a sociedade, a partir de valores comumente aceites. Aquilo que temos é para ser colocado ao nosso serviço e ao serviço dos outros.</p> <p>O período dos “Filipes” 1580-1640 Estado novo e 25 de Abril O período de assistência financeira de instituições internacionais. Os refugiados A falta de saúde.</p>
<p>Razões do mau uso da liberdade</p>	<p>Conhecer situações históricas e actuais em que a liberdade individual e social possa estar ou ter estado em causa em causa.</p>	<p>Páscoa vem do hebraico pessach e significa passagem.</p> <p>Comparar os acontecimentos que lhe deram origem, a forma de celebração, o tempo e o seu significado religioso.</p> <p>A Páscoa é a festa da liberdade/libertação</p>
<p>A páscoa como acontecimento libertador.</p>	<p>Definir Páscoa</p> <p>Comparação entre a Páscoa judaica e a Páscoa crista</p>	<p>Liberdade/responsabilidade Não há liberdade sem direcção A dependência e a liberdade na relação com os bens materiais</p> <p>A dependência e a liberdade na relação com os bens materiais: Tudo me é permitido, mas nem tudo me convém: A dignidade humana exige que o ser humano atue segundo a sua consciência e livre escolha</p>
	<p>Tomar consciência da liberdade como um</p>	

3º Aula

PLANO DE AULA

ANO/TURMA	8º E	AULA Nº	3	UNIDADE	UL24 – Ecologia e valores
-----------	---------	---------	---	---------	---------------------------

DATA HORA		CONCEITOS NUCLEARES	Ecologia vs acção humana	BREVE CONTEXTO EDUCATIVO	Turma com cerca de 20 alunos, globalmente participativa e empenhada.
--------------	--	------------------------	--------------------------	--------------------------------	--

OBJECTIVOS	CONTEÚDOS	EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM	TEMPO	AVALIAÇÃO
Conhecer algumas das consequências da acção humana sobre o planeta e sobre o próprio homem	Contextualização: Um pequeno filme. (3:05min.) realizado numa ilha no Oceano Pacífico, a 2000 km da costa. Não vivem pessoas nesta ilha, apenas aves, e ainda assim... Chris Jordan retrata a morte de milhares de albatrozes que foram alimentados por seus pais que confundiram o lixo flutuante com comida.	Acolhimento: Chamada e verificação do material necessário. Abertura da lição e registo do sumário no quadro por um aluno. Marcar uma ficha formativa para a aula 6 da unidade.	10'	Observação informal das atitudes e intervenções dos alunos, ao longo da aula e intervenção educativa imediata, nomeadamente quanto ao comportamento e ao domínio da Língua Portuguesa. Registo das observações
	Aquecimento global/efeito de estufa Degelo; “buraco do ozono”, extinção de espécies, maior frequência de fenómenos meteorológicos adversos, aumento de doenças, migrações em larga escala, agravamento da fome	Contextualização e Visionamento do vídeo “Midway”. Questionar os alunos sobre a importância do comportamento humano na preservação do planeta e olhar para algumas formas “destrutivas” e suas consequências	10'	
		Passar algumas imagens (ppt) a fim de prender a atenção dos alunos e analisar cada uma delas à luz do seu conteúdo, assinalando tipos de agressões que o ser humano faz ao seu mundo.	10'	
		Ficha de trabalho com a carta da Terra aos inquilinos. Depois da leitura do grupo cada “inquilino” vai tentar		

	Esgotamento de recursos naturais Desflorestação Água Desertificação	assinalar o problema que trata cada ponto da carta. Despedida com Lançamento da próxima aula:	10	
	O que nos faz ter comportamentos destrutivos; Como salvaguardar a natureza		5'	
SUMÁRIO PROVÁVEL:	Consequências da ação humana e seu impacto na natureza.			
RECURSOS:	Material para escrita no quadro. Manual. Caderno diário. Computador. Projetor. Coluna portátil			

4ª Aula

PLANO DE AULA

ANO TURMA	8º E	AULA Nº	4	UNIDADE	UL4 – Ecologia e valores
------------------	------	----------------	---	----------------	--------------------------

DATA HORA	03/02 10h05	CONCEITOS NUCLEARES	Destruição vs consciência ecológica	BREVE CONTEXTO EDUCATIVO	Turma com cerca de 20 alunos, globalmente participativa e empenhada.
------------------	----------------	----------------------------	-------------------------------------	---------------------------------	--

OBJECTIVOS	CONTEÚDOS	EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM	TEMPO	AValiação
Interpretar criticamente algumas razões que levam a uma destruição do homem sobre a	Razões que conduzem ao comportamento destrutivo: O egoísmo; O desenvolvimento direcionado para o lucro e não para o bem-estar global; A vontade de obter condições de bem-estar no imediato sem prevenir as consequências negativas a médio ou longo prazo; A subordinação da política à economia Consciência ecológica: Consiste em compreender que os seres humanos vivem com os outros seres vivos num ambiente comum, o planeta terra, e que tudo o que	Acolhimento: Chamada e verificação do material necessário. Abertura da lição e registo do sumário no quadro por um aluno. Motivação: Ver /analisar a imagem da COP21 Num diálogo orientado levar os alunos a pensarem e dizerem as principais razões do comportamento humano (racional) destrutivo. Para reforçar ler os 4 pontos do manual, pg 119	10' 10'	Observação informal das atitudes e intervenções dos alunos, ao longo da aula e intervenção educativa imediata, nomeadamente quanto ao comportamento e ao domínio da Língua Portuguesa.

natureza e comportamentos que a podem evitar	<p>fazemos interfere com o equilíbrio do planeta. Ecologia- ecofilia</p> <p>Medidas concretas em larga escala Aumentar eficiência dos transportes Reduzir consumo de electricidade Substituir centrais de carvão por gás natural Aumentar produção em centrais eólicas Parar o abate de árvores Utilizar práticas agrícolas sustentáveis Protocolo de Quioto, COP 21</p> <p>Medidas concretas individuais Reutilizar sacos de compras; Evitar tudo o que possa libertar gases que produzam efeitos de estufa; Desligar sistemas eléctricos; Cuidar dos espaços verdes.</p> <p>Crise ecológica como problema moral – (a opção da pessoa em fazer bem ou mal, em defender ou não o seu planeta);</p>	<p>Apresentar a definição de consciência ecológica e escreve-la no caderno.</p> <p>Encontrar com os alunos medidas concretas que os estados/governos possam fazer para diminuir a destruição do planeta. Ler doc. 49 (se necessário)</p> <p>Ler a partir do manual alguns comportamentos que podemos adoptar como atitude ecológica.</p> <p>Síntese da aula com a leitura do doc. 50 e descobrir a relação com o que aprendemos.</p>	<p>5'</p> <p>5</p> <p>5'</p> <p>10'</p>	Registo das observações
SUMÁRIO PROVÁVEL:	Identificação de algumas das Razões do comportamento humano destrutivo e medidas para salvaguardar o planeta.			
RECURSOS:	Material para escrita no quadro. Manual. Caderno diário. Computador. Projector. Coluna portátil			

5ª Aula

PLANO DE AULA

ANO TURMA	8º E	AULA Nº	5	UNIDADE	UL4 – Ecologia e valores
-----------	---------	---------	---	---------	--------------------------

DATA HORA	CONCEITOS NUCLEARES	Criação, protecção, religião.	BREVE CONTEXTO EDUCATIVO	Turma com cerca de 20 alunos, globalmente participativa e empenhada.
--------------	------------------------	-------------------------------------	-----------------------------	--

OBJECTIVOS	CONTEÚDOS	EXPERIENCIAS DE APRENDIZAGEM	TEMPO	AVALIAÇÃO
Identificar a ideia de criação e de protecção da natureza no pensamento/doutrina de algumas tradições religiosas	<p>Deus como criador para os cristãos. A natureza como “parte” do absoluto para o hinduísmo.</p> <p>Budismo e os recursos naturais</p> <p>Judaísmo e relação com a natureza: salvaguarda de pessoas, animais e restantes seres vivos.</p> <p>Quatro principios do islão na relação com a natureza: <i>O tawhid; A fitra, o mizan, o khalifa.</i></p> <p>A relação do cristão com Deus criador e com o “criado”. A destruição do ambiente como forma de ingratidão.</p>	<p>Acolhimento: Chamada e verificação do material necessário. Abertura da lição e registo do sumário no quadro por um aluno. Motivação: História da estrela do mar</p> <p>Apresentação ppt com diálogo a partir de cada diapositivo.</p>	<p>10’</p> <p>15’</p>	<p>Observação informal das atitudes e intervenções dos alunos, ao longo da aula e intervenção educativa imediata, nomeadamente quanto ao comportamento e ao domínio da Língua Portuguesa.</p> <p>Registo das observações</p>
Relacionar a ideia de um Deus criador com a de crente protetor da natureza na pessoa de Francisco de Assis	<p>Atitudes franciscanas diante da natureza: simpatia, admiração, celebração.</p> <p>Relação com a natureza em Francisco de Assis implica respeito, louvor e diálogo.</p>	<p>Partir, indutivamente, do texto (doc. 53) apresentado pelo biógrafo de Francisco de Assis para chegar à forma como o santo se relacionava com a natureza. Escrever no quadro essas atitudes e o seu contrário.</p> <p>Análise em grupos de dois do doc. 54, apresentando três atitudes de Francisco na relação com a natureza. Apresentação das atitudes à turma.</p>	<p>15’</p> <p>5’</p>	

		Síntese da aula com o estudo do quadro síntese da página 127		
SUMÁRIO PROVÁVEL:	A natureza em algumas tradições religiosas. São Francisco de Assis e a sua relação com a natureza.			
RECURSOS:	Material para escrita no quadro. Manual. Caderno diário. Computador. Projector. Coluna portátil			

6ª Aula

PLANO DE AULA					
ANO TURMA	8º E	AULA Nº	6	UNIDADE	UL4 – Ecologia e valores
DATA HORA		CONCEITOS NUCLEARES	Avaliação	BREVE CONTEXTO EDUCATIVO	Turma com cerca de 20 alunos, globalmente participativa e empenhada.
OBJECTIVOS	CONTEÚDOS		EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM	TEMPO	AVALIAÇÃO

Avaliar o processo de ensino-aprendizagem	(ver matriz da ficha formativa)	Acolhimento: Chamada e verificação do material necessário. Abertura da lição e registo do sumário no quadro por um aluno.	10'	Ficha formativa
		Realização de ficha formativa	20'	
		Correção e análise dos pontos críticos da aprendizagem com a projeção da ficha.	10'	
		Despedida com breve abordagem sobre a próxima unidade letiva	5'	
	UL A liberdade			
SUMÁRIO PROVÁVEL:	Realização e correção de uma ficha formativa.			
RECURSOS:	Material para escrita no quadro. Manual. Caderno diário.			

Instrumentos de avaliação

Matriz

Metas	Objetivos	Temas	Conteúdos	Estrutura da Prova	Cotação
Construir uma chave de leitura religiosa da	Conhecer Baden-Powell e algumas das suas ideias, bem como o movimento que fundou.	Ecologia, valores, Baden Powell, escuteiros	Robert Stephenson Smyth Baden-Powell (Londres, 22 de Fevereiro de 1857 — Nyeri, 8 de Janeiro de 1941) foi um tenente-general do Exército Britânico, fundador do escutismo. A escola Charterhouse; o serviço militar; o	Questão 1	10 valores (5+5)

<p>Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas.</p>	<p>Reconhecer o mundo como a “nossa casa”.</p>	<p>Ambiente, arte, ecologia integral.</p>	<p>regresso a Inglaterra; o 1º acampamento;</p> <p>O mundo como lugar que torna a nossa existência possível. O ambiente e a biodiversidade. O ser humano na relação com os outros seres vivos. Proteger a nossa “casa comum” Ecologia integral Aldeia global Desenvolvimento sustentável</p>	<p>Questão 2</p>	<p>13 valores (5+8)</p>
<p>Descobrir a simbólica cristã.</p>	<p>Interpretar criticamente a ação humana sobre a natureza e as consequências que daí resultam</p>	<p>Problemas ambientais</p>	<p>Alguns tipos de agressões ao mundo: O esgotamento dos recursos naturais, a desertificação, a extinção dos habitats e das espécies, a poluição, o aumento da temperatura média global, o “buraco” na camada do ozono</p>	<p>Questão 3</p>	<p>17x1=17 valores</p>
<p>Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.</p>	<p>Conhecer razões dos comportamentos destrutivos</p>	<p>Destruição e consciência ecológica / a defesa do ambiente como problema moral</p>	<p>Razões que conduzem ao comportamento destrutivo: O egoísmo; O desenvolvimento direcionado para o lucro e não para o bem-estar global; A vontade de obter condições de bem-estar no imediato sem prevenir as consequências negativas a médio ou longo prazo; A subordinação da política à economia</p> <p>Consciência ecológica: Consiste em compreender que os seres humanos vivem com os outros seres vivos num ambiente comum, o planeta terra, e que tudo o que fazemos interfere com o equilíbrio do planeta. Ecologia- ecofilia</p>	<p>Questão 4</p>	<p>10 valores (5+5)</p>
<p> pessoa, da vida e da história.</p>					

	Reconhecer o contributo do cristianismo no cuidado da natureza.	Contributo do cristianismo	Medidas concretas individuais Reutilizar sacos de compras; Evitar tudo o que possa libertar gases que produzam efeitos de estufa; Desligar sistemas eléctricos; Cuidar dos espaços verdes.	Questão 5	15 valores 2+(13x1)
	Relacionar a ideia de um Deus criador com a de crente protetor da natureza	A criação e a proteção da natureza	Deus como criador para os cristãos. A natureza como “parte” do absoluto para o hinduísmo. Budismo e os recursos naturais. Judaísmo e relação com a natureza: salvaguarda de pessoas, animais e restantes seres vivos. Quatro princípios do islão na relação com a natureza: O <i>tawhid</i> ; A <i>fitra</i> , o <i>mizan</i> , o <i>khalifa</i> . A relação do cristão com Deus criador e com o “criado”. A destruição do ambiente como forma de ingratidão.	Questão 6	15 valores (5+5+5)
	Relacionar a ideia de um Deus criador com a de crente protetor da natureza	Responsabilidade do ser humano	A responsabilidade do ser humano em relação a toda a natureza: usar a natureza com equilíbrio e sem arbitrariedade e egoísmo. A responsabilidade em relação às gerações vindouras.	Questão 7	20 valores (5x4)

CrITÉRIOS de Correção	Tipologia das questões	Material a usar
<p>⇒ Conhecimento e compreensão dos conteúdos específicos (termos, factos, conceitos e princípios) – critério: respostas correctas e/ou incorrectas; capacidade de raciocínio e de síntese nas respostas;</p> <p>⇒ Interpretação e aplicação – critérios: capacidade de confronto crítico e discernimento moral demonstrando domínio da língua materna.</p>	<p>Respostas objectivas Respostas de opção Respostas de desenvolvimento</p>	<p>Caneta azul ou preta</p>

NOME.....Nº/TURMA.....



Olá!
 Caríssimo aluno!
 A aula de hoje oferece-nos um momento de avaliação diferente daqueles que nos têm acompanhado. A ficha de avaliação que agora te chega às mãos é formativa e formadora. Quer ser instrumento para conhecer até que ponto o processo de ensino aprendizagem tem sido bem sucedido, para que, identificando algumas debilidades quer no ensino quer na aprendizagem, ainda as possamos colmatar neste resto de período.
 Dá o teu melhor!

1. Baden-Powell nasceu em Londres em 1857. Apesar de na escola não levar os estudos muito a sério destacou-se pois era muito sociável. Mais tarde fez o serviço militar e quando voltou ao seu país, criou uma associação/movimento. Como se chama? Quais os seus objectivos fundamentais?



2. O mundo é a nossa casa comum. Habitamos ou ocupamos o mundo? Qual a diferença?

3. Falamos da terra como um planeta esgotado. Assinala problemas que ameaçam o planeta, decorrentes da incorreta intervenção humana sobre o ambiente. (Faz um círculo à volta das respostas corretas).

- a) Poluição atmosférica
- b) Diminuição da camada protetora do ozono
- c) Ocorrência de sismos
- d) Aquecimento global
- e) Alterações climáticas irreversíveis.
- f) Degelo do polos e subida do nível das águas.
- g) Exploração de petróleo, carvão e gás natural.
- h) Desflorestação
- i) Invasão de ervas daninhas em locais cultivados.
- j) Descontrolo da qualidade da água.
- k) Desertificação
- l) Agricultura e pecuária intensivas.
- m) Degradação e erosão do solo.
- n) Proliferação de animais selvagens que destroem plantações humanas.
- o) Extinção de espécies animais e vegetais.
- p) Esgotos domésticos e poluição industrial.
- q) Resíduos de fertilizantes e pesticidas.



4. Aponta duas das razões de comportamento destrutivo do ser humano em relação ao mundo em que vive.



5. Servindo-te do “banco de palavras” que se segue, completa os espaços em branco do texto que se refere à perspectiva cristã sobre a relação entre as pessoas e a natureza.

felicidade / dom / Deus / destruir / criação / preservar / estudo / equilíbrio / plantas / proteger / bem-estar
/ natureza / humanidade / Criador / saúde / esforço / criaturas / vida

Na perspetiva cristã, toda a espécie de vida é fruto da ação criadora de _____. A _____ ocupa um papel especial entre as _____, tendo a função de _____, _____ e continuar a obra da _____. O _____ e a _____ do ambiente natural têm uma influência importante no _____ e _____ das pessoas. Portanto, atentar contra a _____ é ferir o _____, assim como amar a natureza significa respeitar a _____ como _____ de Deus.

6. A sabedoria das diferentes religiões (Hinduísmo, Budismo, Judaísmo, Cristianismo, Islamismo)
(Assinala as opções correctas)

- a) Exaltam a bondade de Deus manifestada nas obras da criação e o respeito que o ser humano deve à natureza.
- b) Aconselham o uso da natureza conforme as necessidades dos seres humanos mesmo que os recursos se esgotem.
- c) Incentivam à supremacia do ser humano sobre a restante natureza como forma de afirmar a sua inteligência.
- d) Veem a natureza como um espaço onde se faz a experiência do encontro com o divino.
- e) Consideram a natureza uma dádiva divina que merece o empenho do ser humano na sua preservação e conservação.

7. Preenche a tabela que se segue com as medidas que tomarias para promover a defesa do ambiente.

Se eu fosse....	(uma medida por linha)
Diretor de turma	
Encarregado de educação	
Assistente de acção educativa	
Aluno	

Correu bem? ☺ Espero que sim!

4. Reflexão crítica da gestão do currículo

Num sistema educativo que cumpriu o objetivo do acesso universal, o enfoque vira-se agora para “massificar o sucesso”(Roldão, 1999, p. 33). Neste processo tem um papel fundamental os professores que se constituem como principal força propulsora da mudança educativa e do aperfeiçoamento da escola (Machado, 2006), o mesmo é dizer que com a sua oposição ou simples inércia, a escola não atingirá este novo objetivo. Para alcançar o tão ansiado sucesso, os professores terão de passar de executores a decisores do currículo, isto é, a valorizar aquilo que os identifica como corpo de profissionais da educação e não apenas como funcionários de um serviço (Roldão, 1999).

Desde logo importa assinalar o que aceitamos como definição de currículo, sendo “o conjunto das aprendizagens que, por se considerarem socialmente necessárias num dado tempo e contexto, cabe à escola garantir e organizar” (Roldão, 1999, p. 24). Seguindo a mesma autora (1999) a gestão do currículo tem a ver com as decisões que podem ser feitas pelos professores e que têm a ver com o que ensinar e o porquê, o como, o quando, as prioridades, os meios, a organização e os resultados que se pretendem. Esta passagem do currículo enunciado ao currículo em ação exige grande empenho e capacidade da parte do professor fazendo dele um decisor curricular.

Quando em Setembro nos lançamos ao caminho, tínhamos um conjunto de preconceitos e uma falta de “perícia profissional” (Marcelo, 2009) que nos levaram a cometer alguns erros, próprios de quem está num processo de formação. Desde logo, apontámos para três unidades letivas completas e uma pequena parte de uma quarta unidade. Olhando desde agora, reconhecemos que teria sido possível leccionar na sua totalidade e profundidade as quatro unidades. Da tendência entre a especialização e a integração (Roldão, 1999) ter-nos-emos inclinado para a primeira.

Reconhecemos ainda que a avaliação diagnóstica pensada apenas para o início do ano, não se mostrou suficiente, pelo que procuramos, ainda que não de maneira formal, ir percebendo as aprendizagens dos alunos e dessa forma melhorar o processo pedagógico. Apesar das fichas formativas possuírem também essa capacidade diagnóstica, hoje geriríamos o currículo de outra forma, dando mais relevância a esse modo de avaliação. Ainda no que se refere à avaliação, multiplicávamos os momentos da avaliação formativa, como elemento essencial para aferir a qualidade do processo pedagógico. Dessa avaliação talvez tivessem surgido ilações que proporcionariam investir mais nas metodologias e estratégias que melhor estariam a resultar.

No início do ano a turma pareceu-nos menos heterogénea, pelo que não demos a devida importância à “arte do como” ensinar, isto é, fazer aprender, (Roldão, 1999) todos os alunos. Hoje seríamos levados a planificar de outra forma, com mais momentos de diferenciação pedagógica, com outros métodos e estratégias. A exigente autonomia pedagógica que fomos experimentando e que torna a lecionação mais profissional, nas suas dimensões, a saber: intencional, de conteúdos, metodológica e avaliativa (Gouveia, 2012) faz também com que haja uma implementação de estratégias diferenciadas, capazes de ajudar a atingir o sucesso.

A esta distância, temporal e de conhecimentos, damos conta que olhamos para o programa como uma imposição, mais do que como instrumento do currículo. Hoje certamente seriam muitos os conteúdos que transmitiríamos de forma diferente, outros que não abordaríamos e outros ainda que traríamos para as aulas, no sentido de enriquecer a aprendizagem.

Apesar dos resultados que consideramos positivos no final do ano, reconhecemos que nos faltou diferenciação, como já referimos, mas também adequação e até flexibilização do currículo, para irmos adaptando ao contexto em que estávamos. Com isto não quero dizer que tivéssemos diminuído o rigor do processo ensino-aprendizagem, mas sim, adaptá-lo mais às necessidades do grupo turma, bem como à comunidade educativa em que estávamos inseridos.

Ainda nesta tentativa de transformar o currículo enunciado num currículo em ação (Roldão, 2013) damos-nos conta de que o programa é o único instrumento que temos, levando-nos num caminho inverso ao que seria desejável. O programa parte de um currículo, ao passo que nós criamos um currículo a partir do programa. Claro está que devia haver um currículo nacional, que depois pudesse e devesse ser trabalhado localmente de acordo com os contextos, mas que servisse de ponto de partida para o processo pedagógico de fazer alguém aprender aquilo que se julga essencial. A reflexão sobre as metas constante no programa (SNEC, 2014) não é, de todo, suficiente.

Na gestão curricular que propusemos, faltou-nos ainda dedicar mais tempo à aprendizagem cooperativa e as redes de inter-ajuda, não conseguindo muitas vezes romper com a pedagogia magistral (Liberal, 2010). Ao longo do ano tivemos de optar por um método experiencial-hermenêutico, de descoberta, em detrimento do método expositivo, por nem sempre nos parecer o mais adequado, contrariamente ao que tínhamos preparado em Setembro.

O uso do audiovisual pensado como motivador e facilitador de aprendizagens e a atenção que lhe dedicamos no início do ano, não vieram a confirmar-se ao longo do ano, notando-se até um certo “cansaço” do uso destes meios.

Ao terminarmos esta reflexão concluímos que podíamos ter feito diferente no que se refere à dimensão intencional, aos conteúdos, metodologia e também no que se refere à avaliação. Sentindo-nos agora decisores do currículo e não apenas seus executores, a preparação de um novo ano será certamente mais profícua.

5. Atividades de enriquecimento curricular e de integração na comunidade educativa

Foram muitas as atividades em que o grupo de EMRC se empenhou, quer no que se refere à sua dinamização ou coordenação, quer na colaboração com outros grupos disciplinares e departamento curricular. Salientamos cinco que o grupo assumiu, coordenou e dinamizou, a

saber: visita de estudo ao mosteiro de Singeverga, a coordenação da recolha de alimentos para o banco alimentar, a dinamização da celebração eucarística “A caminho da Páscoa”, a visita de estudo a Lisboa denominada “Descobrir o sagrado” e por fim a participação no XIV encontro de alunos de EMRC. Dentro das possíveis atividades de enriquecimento curricular ou de estratégias facilitadoras da aprendizagem fora do contexto sala de aula, o projeto educativo da escola privilegia as visitas de estudo. Estas não devem ser passeios, mas sim “uma atividade curricular, intencionalmente planeada, servindo objetivos e conteúdos curriculares disciplinares ou não disciplinares, logo uma atividade letiva, obrigatória para todos os alunos da turma ou conjunto de turmas para a qual foi estruturada”(DREN, 2004).

É a luz deste conceito e concordando com Monteiro (1995) apresentado por (Rebelo, 2014) quando diz que “as visitas de estudo constituem instrumentos com grandes potencialidades pedagógicas. Integrados em projetos de pesquisa e intervenção, são insubstituíveis na construção de um conhecimento aberto ao meio: local, nacional e internacional”. A partir daqui analisaremos individualmente cada atividade.

Visita de estudo ao mosteiro beneditino de Singeverga

Esta atividade foi promovida pelo grupo disciplinar e consistiu na visita ao mosteiro de Singeverga, incluindo contacto direto com os monges beneditinos, a visita à sala do capítulo, ao “museu das borboletas”, ao claustro e à Igreja com o *ex libris* que é a pintura de Tintoretto “A adoração dos reis magos”. Apesar da planificação da visita não nos ter chegado às mãos, julgamos que teve como objetivo consolidar conhecimentos adquiridos em aula relativos à unidade letiva (UL) viver juntos, ao mesmo tempo que preparava a UL, construir a fraternidade. Numa atividade deste tipo, está também presente a necessidade de fortalecer a relação professor aluno e dos alunos entre si, bem como de reforçar a motivação para o processo pedagógico.

Perante isto, julgamos que os dois últimos objetivos terão sido alcançados. Em relação ao “viver juntos e “construir a fraternidade”, a visita não terá alcançado os objetivos.

Justificamos esta opinião com o facto de não ter havido um contacto direto com os monges em conjunto e com a sua forma de viver e de se organizarem. A visita aos espaços é interessante e faz os alunos pensar no que lá se passa quando os monges estão reunidos, mas talvez nesta idade fosse necessário verem, tornando essa aprendizagem mais concreta. A parte do museu das borboletas desperta para o estudo das ciências o que poderia possibilitar uma certa interdisciplinaridade que não existiu.

Coordenação da atividade “Banco alimentar”

Mais do que uma visita de estudo, a recolha de bens para o banco alimentar pode ser entendida como uma aprendizagem contextualizada, experimentada pelo aluno, em relação com a comunidade local em que a comunidade educativa está inserida. Esta atividade decorreu como habitualmente em dois fins de semana, os últimos do mês de Novembro e de Maio. A recolha de alimentos reúne em todo o país mais de 40000 voluntários, ajudando cerca de meio milhão de pessoas. Esta atividade implica não apenas o grupo de EMRC mas também toda a comunidade educativa, desde os pais, encarregados de educação, professores e assistentes operacionais. O grupo coordenou a atividade responsabilizando-se por todo o processo, desde o levantamento do material, até à presença nos dias de recolha.

Esta atividade tem justificação a partir não apenas do currículo de EMRC, mas também a partir do projeto educativo da escola. Os alunos aprendem a respeitar o outro, as suas diferenças, os não, ao mesmo tempo que experienciam o exercício dos valores contantes no mesmo projeto, sobretudo a solidariedade e o sentido de justiça. Ainda de acordo com o projeto educativo (2014-2017) o agrupamento tem como objetivo “formar cidadãos dotados dos valores estruturantes da nossa sociedade, com espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, capazes de julgarem com espírito crítico e criativo a sociedade em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva”.

Visita de estudo “descobrir o sagrado”

Esta atividade de dois dias consistiu na visita a uma sinagoga, jardim e basílica da estrela, museu de arte moderna, da coleção Berardo, passeio na zona histórica, passando pela sé catedral, Igreja de Santo António, castelo de São Jorge e bairro de Alfama. No segundo dia visita ao templo hindu e ao mosteiro dos Jerónimos e regresso à escola.

Da planificação da atividade, proposta pelo grupo disciplinar de EMRC constam os seguintes objetivos: Consolidar os conhecimentos adquiridos em aula; Confrontar aspetos similares e divergentes entre as religiões; Promover o diálogo e uma abertura de horizontes culturais e religiosos; Conhecer os espaços onde se desenvolvem as diferentes práticas religiosas; Promover o convívio dos alunos entre si e com os professores.

Esta atividade tem relevância educativa e pertinência curricular. A relevância educativa advém do que já aqui citamos do projeto educativo que pretende formar cidadãos capazes de lidar e aceitar a diferença, emitindo opiniões fundamentadas, favorecendo dessa forma a socialização dos seus elementos. Ao nível curricular há algumas metas que serão mais facilmente alcançadas, nomeadamente no que se refere à compreensão do fenómeno religioso, à identificação do núcleo de várias tradições religiosas, promoção do diálogo inter-religioso. Permite ainda conhecer o percurso da Igreja no tempo, o seu contributo para a construção da sociedade, descobrir a simbólica cristã e até estabelecer diálogo entre a cultura e a fé.

Parece-nos, por isso, que esta atividade ajuda a escola na sua missão de ensinar, de fazer aprender, motivando os alunos para o processo de ensino aprendizagem e pondo em prática, experimentando ou vendo, os conteúdos lecionados em contexto sala de aula.

A atividade consiste em participar na parte da manhã em diversos jogos ou passatempos ao dispor dos alunos como paintball, escalada, rappel, insulfláveis, entre outros. À tarde no palco principal há um ou vários grupos musicais a atuar.

De todas as atividades em que participamos esta será talvez aquela para a qual é mais difícil encontrar relevância educativa e articulação curricular. Arrisco mesmo a dizer que pertinência curricular não possui. A sua relevância educativa, a existir, baseia-se no contributo que possa dar no cultivar de relações interpessoais, na sensibilização para os valores do convívio e da amizade, para o apurar de um sentido de responsabilidade que se quer, ao mesmo tempo, promover e proporcionar aos alunos.

O objetivo de proporcionar aos alunos inscritos um dia diferente não colhe aceitação curricular, como não tem cabimento, também, a ideia de que se esta a contribuir para a criação de ambientes de aprendizagem diferenciados, apesar dessa ser uma das justificações da atividade. A par de tudo isto está ainda uma situação de natureza operacional que também deve ser tida em conta. No caso das condições climatéricas não serem as mais adequadas, tal como aconteceu este ano, os alunos estão cerca de seis horas à chuva, incluindo o tempo da refeição. Talvez, por isso, fosse necessário repensar a atividade e os seus moldes, aproveitando para lhe dar uma matriz curricular, aproximando-se assim de um momento de aprendizagem “outdoor”, com todas as virtualidades que isso possa trazer. Como está não tem cabimento escolarmente.

A caminho da Páscoa

Esta atividade consiste em proporcionar à comunidade educativa uma celebração eucarística, bem como tudo aquilo que a envolve, desde a participação no coro, a preparação de um guião da celebração e demais aspetos logísticos.

Das atividades sobre as quais nos detivemos, esta é a única que é proposta não pelo grupo, mas sim pelo departamento de ciências sociais e humanas. É muito relevante que assim seja, porque as atividades terão tanta mais relevância escolar, quanto mais partilhadas forem,

quer pelo número de alunos, quer de disciplinas, quer também de intervenção. Quero dizer, com isto que quanto mais houver participação, mais possibilidade de sucesso tem a atividade. Assim, o carácter interdisciplinar que as visitas e outras atividades de enriquecimento curricular devem possuir, torna-as mais valiosas aos olhos da comunidade educativa. Mais ainda, o facto dos alunos terem, não apenas o papel de destinatários, mas sim de executores e participantes diretos na sua preparação, faz com que também aí se encontre uma mais valia.

No que se refere aos seus objetivos, constantes da planificação que anexo, em virtude desta ser a atividade a que me dediquei, saliento os seguintes ajudar os alunos a posicionarem-se frente ao fenómeno religioso. Conhecer a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo em particular. Compreender a experiência religiosa, descobrir a simbólica cristã. Conhecer a mensagem e cultura bíblicas.

Estando a articulação curricular justificada pelos objetivos que traçamos, olhamos para a relevância educativa, citando o objetivos e metas do projeto educativo e também a missão da escola “Contribuir para uma sólida educação pessoal com autonomia e espírito crítico. Respeitar e aceitar o outro com as suas diferenças. Ajudar a formar pessoas dotados dos valores estruturantes da nossa sociedade, capacitando o seu espírito crítico para compreenderem a Igreja e se compreenderem a si mesmos como peça chave do nosso mundo” (PE 2014-2017).

Esta atividade que se vai realizando por algumas escolas do país, terá talvez de mudar de dia, passando para o sábado a seguir ao último dia de aulas. Não está em causa a liberdade em participar, que existe e carece de autorização do encarregado de educação. Está sim em causa que aqueles que não participam estão a ser duplamente prejudicados, quer porque não vão, quer também porque não têm aulas, uma vez que a componente letiva em sala de aula é interrompida nesse dia. Aqui encontramos a planificação aprovada em conselho pedagógico.

Planificação

Nome da Atividade: A caminho da Páscoa

Proponente (s): Departamento de Ciências Humanas e Sociais

A actividade está incluída no Plano Anual e Plurianual de Actividades: Sim

<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ajudar os alunos a posicionarem-se frente ao fenómeno religioso.• Conhecer a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo em particular.• Compreender a experiência religiosa, descobrir a simbólica cristã.• Conhecer a mensagem e cultura bíblicas• Levar os diferentes atores da comunidade educativa a realizarem uma opção livre perante a vida espiritual, ao participarem ou não, na celebração;• Enriquecer a experiência vivencial religiosa dos alunos através da participação numa celebração cristã;• Desenvolver uma atitude de respeito pela cultura religiosa dominante na comunidade educativa;• Assinalar a proximidade da maior festa cristã.	
<p>Contributo da atividade para a consecução dos objetivos e metas do PE:</p> <ul style="list-style-type: none">• Contribuir para uma sólida educação pessoal com autonomia e espírito crítico. Respeitar e aceitar o outro com as suas diferenças. Ajudar a formar pessoas dotados dos valores estruturantes da nossa sociedade, capacitando o seu espírito crítico para compreenderem a Igreja e se compreenderem a si mesmos como peça chave do nosso mundo. <p>1A. Melhorar os resultados de aprendizagem; 1C. Promover a educação para a cidadania. 5C. Fomentar o envolvimento do meio com o agrupamento.</p>	
<p>Atividades (descrição)</p> <ul style="list-style-type: none">• De forma coordenada estabelecer-se-á uma equipa de trabalho para tratar de diferentes aspetos: contactos com a comunidade cristã; levantamento dos interessados em participarem; contacto com comércio local para angariar recursos que permitam uma pequena oferta aos participantes; coro; guião da celebração, aspetos logísticos . Deste trabalho colaborativo resultará a celebração “a caminho da Páscoa” agendada para a Igreja Matriz de Valongo.	
Intervenientes ()	Destinatários: comunidade educativa.
	Responsáveis: Adriano Silva, Mónica Freitas e Núcleo de estágio de EMRC Co-responsáveis: professores do Departamento.
	Outros intervenientes:
Recursos: Igreja Matriz de Valongo.	
Encargos Financeiros: zero euros	
Calendarização: 18 de março de 2016	
Horários: <ul style="list-style-type: none">• Durante os tempos letivos	

6. Balanço crítico do desempenho

Após uma abordagem sucinta ao quadro teórico-conceitual escolhido para sustentar a temática, achamos pertinente fazer uma análise crítica ao nosso desempenho em toda a prática de ensino supervisionada.

No que se refere à prática letiva e as atividades na escola, e apesar de já acima terem sido trabalhadas, olhamos agora de outra forma para elas. A prática letiva decorreu numa escola com um projeto educativo sério, bem fundamentado, capaz de proporcionar as aprendizagens desejadas. Apesar de estar na área metropolitana e em zona próxima a um bairro social, a escola não tem graves problemas de indisciplina. A turma escolhida, apesar de heterogénea, teve sempre um ambiente que favorecia o processo pedagógico e sendo a avaliação contínua fundamental em todo o processo educativo, podemos constatar que os conteúdos com maior significancia na unidade lectiva foram apreendidos pela maioria dos alunos. A presença próxima e atenta do sr. orientador e do sr. supervisor fizeram com que cada dificuldade se transformasse num momento de aprendizagem e de fortalecimento da prática letiva.

Em relação às atividades de que fomos tomando parte, dinamizando ou coordenando, referimos novamente a necessidade de se inserirem outras disciplinas nesses momentos de enriquecimento curricular, alargando os conteúdos, ao mesmo tempo que se fomentam uma maior práticas de interação social entre diversos alunos e não apenas nos que estão inscritos em EMRC. Ainda a este propósito pensamos ser relevante dar oportunidade aos alunos para eles participarem também no processo da sua planificação e organização logística.

No exercício da prática letiva e na participação nas atividades foi presença constante o respeito pelo professor de EMRC. O agrupamento de escolas Vallis Longus tem como presidente do conselho geral o professor da nossa disciplina, o que mostra bem o rigor, o trabalho e o reconhecimento que é naturalmente pessoal, mas é também o sublinhar da importância de uma disciplina que em nada é inferior às outras. Procuramos também contribuir

com a nossa prática, quer em contexto sala de aula, quer nas atividades com este rigor e profissionalismo que dignificam quem o faz, mas também as disciplinas que o possibilitam.

Analisando mais detalhadamente o nosso desempenho e assumindo um esforço pessoal que nos parece ter resultado numa avaliação positiva ou satisfatória do mesmo, percorremos agora as áreas essenciais da profissão docente.

No que concerne às competências curriculares, sublinhamos o aprofundamento dos conceitos essenciais desta área e a sua operacionalização. Ao longo do ano percebemos que mais do que executores de currículos, quase como meros funcionários, os professores devem ser gestores e decisores curriculares, adaptando o currículo a cada realidade concreta, ao contexto em que vai lecionar. A possibilidade de mudarmos e de nos adaptarmos foi experimentada ao longo do ano quer nos conteúdos, quer também na inversão da sequência das unidades letivas, antecipando a quarta, ecologia e valores, para fazermos coincidir o mais proximamente com o acontecimento maior do ambiente, a COP 21, em Paris. A vontade e a capacidade de ser professor superam em muito a passividade e inércia de aceitar e cumprir um currículo prescritivo.

Relativamente à vertente pedagógica e didática há um conjunto de melhorias a assinalar e outras tantas aquisições a que fomos procedendo ao longo deste período de estágio. No que a estes temas diz respeito, o que temos a sublinhar é a aquisição de uma metodologia mais profícua, de forma a tornar o processo ensino aprendizagem mais vantajoso, ou seja, de forma a ensinar melhor significando isto fazer aprender mais. Conceitos como a adequação e flexibilização curricular, mas sobretudo a diferenciação pedagógica e o seu exercício sobretudo em contexto sala de aula enriqueceram os nossos conhecimentos e tornar melhor o processo pedagógico. Numa turma heterogénea, com alunos com muito bons resultados e outros com resultados bastante inferiores, precisamos desta capacidade de adaptação para possibilitarmos a todos a aprendizagem mínima necessária. Neste ponto saliento ainda algo que não sendo uma inversão, se constituiu como uma mudança. O método expositivo que privilegiava, foi dando

espaço ao método experiencial-hermenêutico, conseguindo desta forma mais atenção e portanto melhores resultados. Apesar das técnicas de planificação já terem sido abordadas em unidades curriculares do primeiro ano deste curso, nesta prática de ensino supervisionada podemos colocar essa planificação em prática, avaliando-a em cada aula, de forma a podermos aperfeiçoar essa técnica, isto é, saber colocar no papel aquilo que temos bem definido no nosso pensamento.

Ainda neste ponto é importante salientar o crescente aperfeiçoamento colocado nos materiais didáticos que fomos criando e colocando ao serviço dos alunos e da aprendizagem. Se no início do ano a aposta mais forte foi em produtos audiovisuais, ao longo do percurso fomos também criando materiais aparentemente mais tradicionais, mas que se revelaram mais eficazes. As tecnologias deixaram de ser novas e tornam-se até cansativas para os alunos, para os quais constitui maior novidade a folha de papel do que uma apresentação multimédia. As “TIC” devem ser inseridas como o sal na comida, sem exageros. Aprendemos ainda e colocamos em prática os conhecimentos na preparação das atividades de enriquecimento curricular, quer no contexto sala de aula, quer também no exterior da sala e da escola.

Não podemos deixar de salientar que se constituiu como aprendizagem fundamental a gestão pedagógica do erro, conseguindo com isso motivar os alunos, ao mesmo tempo que eram ajudados a compreender e assimilar os conteúdos que tínhamos pensado ensinar e queríamos fazer aprender. A diferenciação pedagógica e a gestão pedagógica do erro muitas vezes fizeram com que o tempo se torna-se menor do que nós desejávamos. Ainda assim, fomos aprendendo a contar com essas dificuldades e dessa forma melhorando a gestão do tempo.

A competência científica é também muito importante no que ao exercício da profissão docente diz respeito. Neste ano aprofundamos cientificamente conteúdos que até já tínhamos lecionado, mas foi sobretudo a vontade de aprender, de saber sempre mais para melhor poder ensinar que fica como marca distintiva deste estágio. Ao nível da gestão curricular destacávamos a mudança na ordem das unidades letivas, aproximando a “Ecologia e valores”

desse acontecimento maior em prol da defesa do ambiente, a COP 21, o que permitiu ainda levar a “Liberdade” para a proximidade do 25 de Abril.

A técnica da planificação obrigou-nos a estruturar bem o que queríamos ensinar, a traçar objetivos simples, sem serem simplistas, a procurar conteúdos interessantes e necessários, bem como a encontrar estratégias facilitadoras de aprendizagem, nomeadamente daquilo que é essencial.

A avaliação foi a área em que sentimos mais dificuldades. Quer no que concerne às suas finalidades, quer também na produção de instrumentos. No que diz respeito às finalidades, encarávamos a avaliação apenas como um meio para atribuir uma nota, estando em jogo apenas a prestação do aluno. Ao longo do ano fomos dando conta que a avaliação, na sua tríplice dimensão, diagnóstica, formativa e sumativa, procura sempre aferir a qualidade do processo na sua globalidade. Desta forma e se os alunos não apreenderam os conteúdos necessários, isso deve fazer o professor refletir sobre as suas práticas, a fim de as melhorar. Isto só acontece quando os instrumentos de avaliação são bem construídos, quer na sua matriz, quer no produto a apresentar aos alunos, quer ainda nas possibilidades da correção. Esta é mais uma oportunidade para ajudar a aprender algum conteúdo que não tenha sido tão bem assimilado.

Dentro do núcleo e já não com a turma, mas sim com cada um dos estagiários foi importante desenvolvermos uma constante heteroavaliação pois nos erros dos outros vemos também aqueles que vamos cometendo. Esses momentos, completados pela autoavaliação, foram muito enriquecedores na medida em que ajudaram a nossa prática docente.

O nosso comportamento é uma marca da nossa identidade, pelo que não se muda com facilidade. Ainda assim, adaptações e melhoras são possíveis. Não sentindo dificuldade em estabelecer uma relação pedagógica com os alunos, procuramos ser mais assertivos na presença e na comunicação, para não tornar a aula num momento de animação, mas sim de aprendizagem. Para isso foi necessário estar atento às dificuldades dos alunos, mas também as nossas. Apesar de tudo, penso nunca ter sido perdida a autoridade do professor, razão suficiente

para impossibilitar o ato pedagógico. A abertura, amizade e trabalho em conjunto foram desde o primeiro dia um marco no núcleo de Valongo de que muito nos podemos orgulhar. Esta vontade passava também por dignificar a disciplina e o perfil do professor de EMRC inter pares, quer com os professores da mesma turma e seu diretor, quer também no departamento e na escola em geral.

Apesar da dificuldade de falarmos das nossas atitudes, por risco de pisarmos a linha que nos faz sair da humildade, mas encarando-a como sinónima da verdade, destacaríamos o empenho, a cooperação e a responsabilidade e profissionalismo de que neste balanço já fomos falando. A assiduidade e pontualidade também não deixam nada para assinalar, tendo sido, também, cumpridos os trabalhos dentro dos prazos estabelecidos. A participação, quer nos encontros do núcleo, quer nos seminários, embora não fosse permanente era assertiva e reveladora de conhecimentos. Por vezes a vontade de quebrar um pouco o ritmo, fazia com que uma dose de sentido de humor parecesse mais exagerada, mas ainda assim o primeiro pensamento era contribuir para um clima facilitador da aprendizagem, pondo em causa preconceitos e fazendo com que tudo fosse pensado e criticado com fundamento.

Fazendo agora um juízo global sobre o estágio, começamos por apontar aquela que é a sua principal finalidade, o exercício da profissão, sendo orientados, e a integração progressiva de competências nomeadamente pedagógicas, didáticas, científicas, avaliativas e comportamentais. Aqui reside o cerne do estágio e podemos dizer que embora se pudesse fazer sempre mais e nunca devamos ficar satisfeitos com os níveis alcançados, conseguimos atingir bons níveis de desempenho. Talvez fosse necessário mais tempo de acompanhamento na planificação e na avaliação, mas ainda assim, não duvidamos que conseguimos daqui levar a base, a estrutura para uma boa prática docente. No que se refere a outras finalidades, como a contribuição para inter ou transdisciplinaridade, a intervenção na escola e a relação com o meio, poderemos afirmar que apesar de ficar aquém do pretendido, não poderíamos fazer muito mais, uma vez que passamos apenas um dia na escola. Ainda assim, com a coordenação e

dinamização de algumas atividades esses pontos foram salvaguardados e permitiram também um desenvolvimento dessas competências.

O processo em si, como fomos acompanhando, necessitou de ser revisto, quer por desconformidades para com a lei geral, quer também por dissemelhanças para com o mesmo curso da mesma universidade, em faculdades diferentes. Ainda assim parece-nos ser este o modelo mais equilibrado e que melhor proporcionará a aquisição de conteúdos, competências e experiência docente, pelo que podemos dizer que daqui saímos bem preparados. Aliás, este constante desafio que fizemos à coordenação permitiu desenvolver competências que não faziam parte das previstas curricularmente, o que demonstra a vontade de fazer sempre bem, de acordo com a lei, é certo, mas também procurando adaptarmo-nos sempre às novas realidades.

Em relação a estes momentos, ponto de partida e ponto de chegada, apraz-nos fazer uma analogia para melhor explicar o que pensamos. Quando começamos a conduzir sem carta e sem acompanhamento, ganhamos um conjunto de vícios e modos de atuar que depois dificultam a aprendizagem. Ficamos como que moldados a uma prática que não tem outra fonte para além de nós mesmos. Conosco acontece o mesmo com a lecionação de EMRC. Foi, por isso, necessário, primeiramente, destruir e desfazer preconceitos, para começarmos de novo. A necessidade de aquisição de competências de trabalho, muitas vezes escondia a vontade de vir adquirir um receituário e estratégias de motivação, que não encontramos, pelo menos em bruto. Aprendemos certamente como o fazer, mas não encontramos nem levamos nada feito, como erradamente poderíamos desejar no ponto de partida. Outra das necessidades era a de motivação, em duas dimensões. Primeiro em relação a nós próprios, depois em relação aos alunos. Encontrar motivação para esta “profissão impossível”(Roldão, 1999, p. 14), faz-se sobretudo com o domínio científico dos conteúdos e com uma transmissão didática que permita a todos aprender. Falamos também da motivação dos alunos que é tão necessária para o sucesso do ato educativo. Aliás, um especialista da nossa praça afirma mesmo que o grande desafio está em ensinar alunos que não querem aprender (Nóvoa, 2010).

Entendemos que este ponto de chegada não será mais do que um novo ponto de partida. Certamente enriquecidos com competências e competência, com conteúdos e com profissionalismo, lançamo-nos agora na aventura de ensinar sabendo que para isso precisamos de continuamente estar a aprender, ao mesmo tempo que só o conseguimos na medida em que os nossos alunos aprendem. Não sendo assim, a nossa prática será sempre um ato falhado. Certamente que todo o “empowerment” que aqui adquirimos nos há-de ajudar a ser melhores professores ajudando os nossos alunos a aprender mais e melhor.

Conclusão

A educação tem como principal objetivo “suscitar e favorecer a harmonia pessoal, a verdadeira autonomia, a construção progressiva e articulada dos aspectos racional e volitivo, afetivo e emocional, moral e espiritual. Desta harmonia pessoal decorre a participação social e feliz, cooperante e solidária, que resulta na harmonia social”(CEP, 2002). Assim sendo, o aluno, centro e missão da comunidade educativa e protagonista do ato de aprender, encontra no professor um aliado. Da relação que criarem, esquecendo o longínquo *magister dixit*, poderá ou não nascer o conhecimento e desenvolvimento humano tão necessário e fim último da arte de educar.

Ao chegarmos ao ponto culminante do nosso trabalho é altura de olharmos para o ano de prática de ensino supervisionado e para esta dissertação de uma forma crítica. A prática docente, com acompanhamento e supervisão, permitiu colocar em prática as competências pedagógicas e científicas que aprofundamos na parte letiva do mestrado. A integração na comunidade escolar da Escola Básica *Vallis Longus* possibilitou ainda o exercício da capacidade de relação com aqueles que a constituem, deles aprender e com todos crescer em conhecimento, mas também na amizade, criando dessa forma um lastro suave para que o processo de ensino aprendizagem seja efetivo e afetivo. Foi desta forma que procuramos ensinar, fazendo aprender, os alunos da turma “E” do 8º ano, com os quais foi um privilégio trabalhar.

São múltiplos os estudos e as abordagens sobre a ecologia, desde as ciências naturais e humanas, às ciências sociais. Tudo isso se reflete nas diversas disciplinas do sistema educativo. A ecologia é estudada em história, geografia, ciências naturais, ciências físico-químicas. Que pode EMRC trazer de novo a este tema? A responsabilidade da nossa disciplina no sistema educativo e a sua especificidade muito têm a contribuir para que a ecologia se torne efetiva e integral, em defesa da criação. É preciso e urgente proteger o planeta das constantes e cada vez mais agudas intervenções com que o ser humano o vai destruindo sem dar conta que se está a

prejudicar a si mesmo. Da destruição dos recifes de coral (LS 41) ao “escândalo da fome”, da destruição de habitats (LS 35) à degradação da vida humana, dá-se conta que se estão a desaparecer espécies e a diminuir a qualidade de vida dos seres humanos. EMRC é chamada a intervir educando aqueles que a frequentam e procurando criar uma “cidadania ecológica”, de crentes e não-crentes.

Neste trabalho procuramos apresentar as principais fases da história da ecologia, desde Ernst Haeckel (1834-1919) aos nossos dias. Do estudo dos ecossistemas à defesa dos mesmos, a ecologia surgiu na universidade mas foi nos movimentos de cidadãos que mais eco encontrou sendo deles as ações mais marcantes. A ecologia pretendeu associar desenvolvimento e ambiente, embora se dê conta que a ciência nem sempre foi unanime nas suas posições, derivando ora para um pólo, ora para outro. “The limits to Growth” (1972), obra do clube de Roma marcou uma mudança profunda ao apontar os limites do crescimento e constituiu-se como passagem a uma nova ecologia. Já nessa altura se percebia que um discurso prometeico, de confiança cega na ciência e nas suas capacidades era errado, na medida em que a tecnociência não é capaz de, por si só, resolver a grande crise ecológica. Muitos autores se lhe seguiram, bem como encontros ao mais alto nível, de que destacaremos o de Estocolmo (1972), dado ter marcado a agenda internacional, Rio de Janeiro (1992), Quioto (1997) e mais recentemente Paris (2015). Com altos e baixos os acordos internacionais têm ficado quase sempre aquém das expectativas quer no planeamento quer no cumprimento de metas que se querem ousadas para que possam impedir uma catástrofe ecológica.

À medida que as preocupações ecológicas chegavam às instituições internacionais, a Igreja sentia também que tinha de intervir. João XXIII e os documentos conciliares não fizeram uma referência direta à questão ecológica. Pelo contrário, Paulo VI debruça-se sobre a questão na “Populorum Progressio” desafiando a olhar para o futuro e para a responsabilidade que temos relativamente aos que virão depois de nós. É no longo papado de João Paulo II que a ecologia assume relevância, nomeadamente na mensagem do dia mundial da paz de 1990 em que é

apresentado sistematicamente o pensamento pontifício sobre este assunto. Enumerando as principais questões, apresenta um terra de luto pela perda da biodiversidade e alerta para a urgência de uma nova solidariedade. Nos seus pronunciamentos estão muitas das ideias agora defendidas por Francisco.

Não restam dúvidas de que a Carta Encíclica se serviu dos melhores e mais recentes dados que a ciência possui. No subcapítulo 1.3 apresentamos alguns desses dados que bem demonstram a preocupação e o rigor com os dados fornecidos. O IPCC e os seus relatórios dão-nos os dados mais fidedignos da ciência atual embora, como tudo na ciência, não goza de unanimidade. Ainda assim, restam poucas dúvidas no que se refere ao aquecimento global, à poluição, à perda de água quer em quantidade quer em qualidade, à extinção de espécies e claro à pobreza e à exclusão social. Já aqui se notam as múltiplas dimensões que Francisco atribui à ecologia e das quais falamos no segundo capítulo.

Inseridos numa cultura que coloca em relação todas as ciências, o diálogo apresenta-se como instrumento privilegiado e método para o encontro com todos. Francisco procurou fazer esse diálogo para escrever a encíclica, trazendo para o texto contribuições da ciência, dos bispos e das conferências episcopais e até com outras Igrejas e confissões religiosas. Acreditar num Deus criador é condição desse diálogo com os crentes, reconhecer que só temos este planeta é a base do diálogo com os não crentes. A todos é lançado o desafio do cuidado da casa comum quando está em causa a sobrevivência e a qualidade de vida de cada um de nós e daqueles que habitarão esta casa. Francisco propões ainda que este diálogo se realize a nível internacional, entre as grandes instituições e as nações, ao nível local entre todos os agentes, entre a política e a economia e das religiões com a ciência. Valorizar o outro e as suas posições é caminho para a ansiada conversão ecológica. Urge um consenso mundial sobre estas matérias, identificando os mais débeis e exigindo o cumprimento dos acordos internacionais, sem colocar em causa a soberania de cada estado. Reconhecer a ligação ente problemas climáticos e pobreza, facilmente

comprovável, e a responsabilidade humana em tudo isso permitirá inverter esta tendência que se tem revelado para tantos dos nossos contemporâneos.

Para combater este estado de coisas o Papa propõe um novo estilo de vida que denomina “ecologia integral”. Reorientar e fornecer princípios éticos à ciência e à técnica e desenvolver uma adequada antropologia colocará o homem no lugar querido por Deus aquando da criação. Desenvolver a justiça social e tomar uma opção preferencial pelo pobres permitirá recuperar a dignidade de tantos contemporâneos que não têm o mínimo para uma vida realizada. Estes, mais desfavorecidos economicamente são também os que mais sofrem com as alterações climáticas. A ecologia já não defende apenas o ecossistema e as relações entre os que a constituem, mas manifesta uma preocupação maior pelo homem e pelo seu desenvolvimento integral e integrado, isto é, pelo crescimento sem que ninguém fique para trás. Só haverá desenvolvimento se este for integral, solidário e sustentável, a ponto de chegar a um bem-comum que o seja de facto.

Tudo isto exige um caminho de “conversão ecológica” do qual nenhuma instituição, nação ou pessoa se pode alhear. São diversas e complementares as atitudes, virtudes e motivações que possibilitarão uma sensibilidade ecológica. Alimentada por uma “paixão pelo cuidado” a conversão, interior e integral, mais do que superficial ou cosmética há-de chegar a transformar o nosso coração, manter-se firme no tempo e chegar à comunidade e a todos os seus membros pelo testemunho de vida e de ação de cada convertido. Eis as virtudes e motivações que acompanharão e possibilitarão esta “conversão ecológica”: gratidão, gratuidade, liberdade, compaixão, criatividade, humildade, simplicidade e sobriedade, assentes nas virtudes teologais.

Nascerá assim uma “cultura do cuidado” assente na responsabilidade pelo outro que nos levará a uma “ecologia do parentesco” vivida por São Francisco, em que tudo e todos, por serem nossos irmãos, merecem a nossa melhor atenção. Desta forma prepararemos um mundo novo, onde todos serão valorizados e a dignidade intrínseca de cada um não seja posta em causa.

Bibliografia

- Agenda 21. (1992). Agenda 21: Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável. Obtido a 16 de Fevereiro de 2017, de <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/3779573182091/Agenda21-PT.pdf>
- Alho, J. M. (2016). Ambiente, desenvolvimento e cidadania a propósito da Encíclica «Laudato Si'». *Bíblica*, XXV(25), 95–102.
- Aparicio Malo, J. M. (2015). La lectura creyente de la naturaleza como creación. Em *Cuidar de la Tierra, cuidar de los pobres. Laudato Si' desde la teología y con la ciencia*. (pp. 185–202). Cantabria: Sal Terrae.
- A/RES/70/1. (2015). Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development. Obtido a 18 de Março de 2017, de http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E
- Avila-Pires, F. (2005). Fundamentos Históricos da Ecologia. Obtido a 18 de Fevereiro de 2017, de <http://www.sabeh.com.br/arquivos/FundamentosHist%C3%B3ricosdaEcologia.pdf>
- Banco Mundial. (2016). Relatório Anual de 2016 do Banco Mundial. Obtido a 16 de Fevereiro de 2017, de https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0ahUKEwjn_Yf42JXSAhWBwxQKHc34De4QFggvMAI&url=https%3A%2F%2Fopenknowledge.worldbank.org%2Fbitstream%2Fhandle%2F10986%2F24985%2F210852PT.pdf&usq=AFQjCNGxc1qwJ-5i8fNSAsE20at-RKfTOg&sig2=CnuXHFMvfdIfqhaavYWmQ
- Batista, R. (2013). Relatório Stern - Um olhar. Obtido a 16 de Fevereiro de 2017 de <http://imooc.uab.pt/file/download/15756>
- Beaud, C. e M., & Bouguerra, M. L. (1995). *Estado do Ambiente no Mundo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Beegle, K., Christiaensen, L., Dabalen, A., & Gaddis, I. (2016). Poverty in a Rising Africa. Obtido a 20 de Fevereiro de 2017, de <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/22575>
- Belloq Montano, A. (2016). El destino común de los bienes. Em *Loado seas, mi señor. Comentario a la encíclica Laudato si' del papa Francisco* (pp. 291–309). Madrid: Bac.
- Bento XVI. (2009). Caritas in Veritate. Obtido a 20 de Fevereiro de 2017, de http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html

- Boff, L. (2004). *Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra* (11ª). Petrópolis: Vozes.
- Brilhante, O. (1999). Gestão e avaliação da poluição, impacto e risco na saúde ambiental. Fiocruz. Obtido a 20 de Fevereiro de 2017, de <http://books.scielo.org/id/ffk9n/pdf/brilhante-9788575412411-03.pdf>
- Brundtland. (1987). Our Common Future. Obtido de a 16 de Fevereiro de 2017, <https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>
- Caamaño López, J. M. (2015). La encíclica Laudato si' y la teología moral. Em *Cuidar de la Tierra, cuidar de los pobres. Laudato Si' desde la teología y con la ciencia*. (pp. 141–168). Cantabria: Sal Terrae.
- Caeiro, S., & Carvalho, T. (2001). Grandes problemas ambientais. Em *Problemas sociais contemporâneos* (pp. 79–116). Universidade Aberta.
- Castelao, P. (2015). La «Cuestión ecológica» y la teología de la creación. Em *Cuidar de la Tierra, cuidar de los pobres. Laudato Si' desde la teología y con la ciencia*. (pp. 67–85). Cantabria: Sal Terrae.
- CDB. (1992). Convenção sobre a Diversidade Biológica. Obtido a 20 de Fevereiro de 2017, de <https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-es.pdf>
- CEP. (2002). *Carta Pastoral Educação, Direito e dever - missão nobre ao serviço de todos*. Lisboa.
- Chica Arellano, F. (2016). La acción ecológica: líneas de orientación en «Laudato si'». Em *Loado seas, mi señor. Comentario a la encíclica Laudato si' del papa Francisco* (pp. 105–122). Madrid: Bac.
- Cimeira do Milénio. (2000). Declaração do milénio. Obtido a 21 de Fevereiro de 2017, de <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>
- CMNUSCC. (1992). Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática. Obtido a 16 de Fevereiro de 2017, de <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/convsp.pdf>
- Conselho Pontifício «Justiça e Paz». (2015). *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (1ª). cascais: Principia.

- COP 21. (2015). Acordo de Paris. Obtido a 20 de Fevereiro de 2017 de
<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>
- Cor Unum. (1966). A FOME NO MUNDO. Obtido a 23 de Fevereiro de 2017, de
http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/corunum/documents/rc_pc_corunum_doc_04101996_world-hunger_po.html
- Cruz, H. da. (1985). *Ecologia e Sociedade Alternativa*. Lisboa: A regra do jogo.
- Daelemans, B. (2015). Contemplar, celebrar, cuidar. Revisitar la sacramentalidade del mundo. Em *Cuidar de la Tierra, cuidar de los pobres. Laudato Si' desde la teologia y con la ciencia*. (pp. 87–103). Cantabria: Sal Terrae.
- DREN. (2004). Ofício Circular 21/04. Obtido 11 de Junho de 2016, de
https://www.google.pt/search?client=firefox-b-ab&q=21%2F04+de+11+de+Mar%C3%A7o+de+2004%3A&oq=21%2F04+de+11+de+Mar%C3%A7o+de+2004%3A&gs_l=serp.3...300751.300918.0.301165.2.2.0.0.0.160.234.1j1.2.0....0...1c.1.64.serp..0.0.0.6_b2V8WKIYE
- Estocolmo. (1972). Declaração da Conferência das Nações Unidas Sobre o Ambiente Urbano. Obtido a 16 de Fevereiro de 2017, de
https://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf
- Fernandes, C., Guerra, M., Ribeiro, R., & Rodrigues, S. (2015). Relatório de Estado do Ambiente. Obtido a 15 de Fevereiro de 2017, de
http://sniamb.apambiente.pt/infos/geoportaldocs/rea/REA2016/REA_2015_White_Final.pdf
- Fernández, V. M. (2016). Cinco claves de fondo para leer «Laudato si'». Em *Loado seas, mi señor. Comentario a la encíclica Laudato si' del papa Francisco* (pp. 77–103). Madrid: Bac.
- Francisco. (2013). *A Alegria do Evangelho* (5ª). Prior Velho.
- Francisco. (2015). *Louvado Sejas, Carta encíclica Laudato si' sobre o cuidado da casa comum*. Águeda: Paulinas.
- Francisco. (2016). *Proteger a criação. Reflexões sobre o estado do mundo*. Braga: Nascente.

- García, A. (2016). Lo que le está pasando a nuestra casa. Diagnóstico de una crisis ecológica sin precedentes. Em *Loado seas, mi señor. Comentario a la encíclica Laudato si' del papa Francisco* (pp. 311–338). Madrid: Bac.
- García Jiménez, J. I. (2015). El diálogo en Laudato si'. Pasión por responder a los retos ambientales y sociales. Em *Cuidar de la Tierra, cuidar de los pobres. Laudato Si' desde la teología y con la ciencia*. (pp. 125–140). Cantabria: Sal Terrae.
- Gimenez-Rico, E. S. (2015). El antiguo Testamento en Laudato si': su presencia y sus huellas. Em *Cuidar de la Tierra, cuidar de los pobres. Laudato Si' desde la teología y con la ciencia*. (pp. 51–66). Cantabria: Sal Terrae.
- Gouveia, M. F. (2012). *Gestão flexível do currículo rumo à diferenciação pedagógica. Contributos para a promoção de aprendizagens significativas*. Funchal: Universidade da Madeira.
- Granados García, C. (2016). La sabiduría de los relatos bíblicos. Em *Loado seas, mi señor. Comentario a la encíclica Laudato si' del papa Francisco* (pp. 221–238). Madrid: Bac.
- João Paulo II. (1979). Redemptor Hominis. Obtido a 03 de Março de 2017, de http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html
- João Paulo II. (1981). Laborem exercens. Obtido a 03 de Março de 2017, de http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.pdf
- João Paulo II. (1987). Sollicitudo Rei Socialis. Obtido a 03 de Março de 2017, de http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html
- João Paulo II. (1991). Centesimus Annus. Obtido a 03 de Março de 2017, de http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.pdf
- João Paulo II. (1996). Vita Consecrata. Obtido a 03 de Março de 2017, de http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_25031996_vita-consecrata.html

- João Paulo II. (1999a). *Ecclesia in America*. Obtido a 03 de Março de 2017, de http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_22011999_ecclesia-in-america.pdf
- João Paulo II. (1999b). *Ecclesia in Asia*. Obtido a 03 de Março de 2017, de http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_06111999_ecclesia-in-asia.pdf
- João Paulo II. (2001a). Audiência Geral de 17 de janeiro de 2001. Obtido a 03 de Março de 2017, de https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/2001/documents/hf_jp-ii_aud_20010117.html
- João Paulo II. (2001b). *Ecclesia in Oceania*. Obtido a 03 de Março de 2017, de http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_20011122_ecclesia-in-oceania.html
- João Paulo II. (2003). *Pastoris Gregis*. Obtido a 03 de Março de 2017, de http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_20031016_pastores-gregis.pdf
- João XXIII. (1963). *Pacem in Terris*. Obtido a 03 de Março de 2017, de http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.pdf
- Larrú, J. de D. (2016). *Ecología humana*. Em *Loado seas, mi señor. Comentario a la encíclica Laudato si' del papa Francisco* (pp. 123–144). Madrid: Bac.
- Leite, T. (2010). *Planeamento e concepção da acção de ensinar*.
- Liberal, J. (2010). *O trabalho do professor no acompanhamento aos alunos em dificuldade. O lugar dos nossos textos*.
- LLamas, P. L., & Romero Mora, J. C. (2015). *Laudato si' y la ciencia*. Em *Cuidar de la Tierra, cuidar de los pobres. Laudato Si' desde la teología y con la ciencia*. (pp. 105–123). Cantabria: Sal Terrae.
- López-Barajas Zayas, E. (2016). *Raíz humana de la crisis ecológica*. Em *Loado seas, mi señor. Comentario a la encíclica Laudato si' del papa Francisco* (pp. 163–181). Madrid: Bac.
- Machado, M. P. N. (2006). *O papel do professor na construção do currículo*. Braga.

- Marcelo, C. (2009). Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro. *Sisifo - Revista de ciências da educação*, (8).
- Martínez, J. L. (2015). Laudato si' y la cuestión socio-ambiental clamor de la tierra y de los pobres. Em *Cuidar de la Tierra, cuidar de los pobres. Laudato Si' desde la teología y con la ciencia* (pp. 23–49). Cantabria: Sal Terrae.
- Meadows, D., Meadows, D., Randers, J., & Behrens III, W. (1972). The Limits to Growth. A report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind. Potomac Associates Book. Obtido a 20 de Fevereiro, de 2017 de <http://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>
- Muller, G.-L. (2016). La preocupación por la casa común. Em *Loado seas, mi señor. Comentario a la encíclica Laudato si' del papa Francisco* (pp. 3–15). Madrid: Bac.
- Neto, F. (2016). O diálogo entre o catolicismo e ambientalismo a partir da Laudato Si'. *Revista eclesialística brasileira*, (76), 8–23.
- Nóvoa, A. (2010). Pedagogia, a terceira margem do rio. *Que currículo para o século XXI, Colóquio e conferências parlamentares*.
- Núñez, M. (2016). *Ecologia Franciscana - Raíces da Encíclica Laudato Si' do PApa Francisco*. Braga: Editorial franciscana.
- Obama, B. (2014). Pope Francis by Barack Obama. Obtido a 22 de Abril de 2017, de <http://time.com/70826/pope-francis-2014-time-100/>
- ODS. (2015). Guia sobre desenvolvimento sustentável, 17 objetivos para transformar o nosso mundo. Obtido a 05 de Março de 2017de http://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods_2edicao_web_pages.pdf
- Odum, E. (1988). *Fundamentos de Ecologia* (4ª). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Oviedo Torró, L. (2016). Cuidado por la tierra, atención a la persona. Em *Loado seas, mi señor. Comentario a la encíclica Laudato si' del papa Francisco* (pp. 275–290). Madrid: Bac.
- Pachauri, R. (2014). Informe de síntese, Cambio Climático 2014.pdf. Obtido a 13 de Fevereiro de 2017, de https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/SYR_AR5_FINAL_full_es.pdf

- Panão, M. (2016). Linguagem, Relacionalidade e Ambiente. *Theologica*, 51(1), 29–49.
- Paulo VI. (1967). Populorum Progressio. Obtido a 03 de Março de 2017, de http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html
- Paulo VI. (1970). Mensagem do Santo Padre à sede da FAO por ocasião do XXV Aniversário da Instituição. Obtido a 03 de Março de 2017, de https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1970/documents/hf_p-vi_spe_19701116_xxv-istituzione-fao.html
- Paulo VI. (1971). Octogesima Adveniens. Obtido a 03 de Março de 2017, de http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.pdf
- Paulo VI. (1972). Mensagem de Sua Santidade Paulo VI à Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente. Obtido a 03 de Março de 2017, de https://w2.vatican.va/content/paul-vi/es/messages/pont-messages/documents/hf_p-vi_mess_19720605_conferenza-ambiente.pdf
- Paulo VI. (1974). Apostolorum Limina. Obtido a 03 de Março de 2017, de https://w2.vatican.va/content/paul-vi/la/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19740502_apostolorum-limina.html
- Pino Calvo-Sotelo, F. (2016). La sombra de Galileo. Em *Loado seas, mi señor. Comentario a la encíclica Laudato si' del papa Francisco* (pp. 239–274). Madrid: Bac.
- Pozo Abejón, G. (2016). El evangelio de la creación. Em *Loado seas, mi señor. Comentario a la encíclica Laudato si' del papa Francisco* (pp. 183–220). Madrid: Bac.
- Projeto educativo. (2014). Projeto educativo 2014/2017. Obtido a 03 de Maio de 2016, de http://www.avvl.pt/images/stories/Documentos/projetoeducativo_14_17.pdf
- Quioto. (1997). Protocolo de Quioto. Obtido a 23 de Fevereiro de 2017 de http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo_Quioto.pdf
- Rebelo, B. (2014). *Visitas de estudo: uma estratégia de aprendizagem*. Lisboa. Obtido a 03 de Maio de 2016, de https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEwiUlbfZ3J_NAhUHRQKHegjAjlQFggjMAE&url=http%3A%2F%2Frecil.grupolusofona.p

t%2Fbitstream%2Fhandle%2F10437%2F5908%2FBarbara%2520Rebelo%2520-
%2520Tese%2520Final.pdf%3Fsequence%3D1&usg=AFQjCNE0XnmTosgFQ7GS5MLBY
SB3T1OIfg&sig2=5Fw9JCRVCmsnivYXqQb5Rg

- Rio. (1992). Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento. Obtido a 03 de Maio de 2016, de https://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1992_Declaracao_Rio.pdf
- Rodrigues, F., & Figueira, M. (2003). Exclusão ou exclusões: designação para velhos e novos problemas sociais. Em *Acção social na área da exclusão social*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Roldão, M. do C. (1999). *Gestão curricular fundamentos e práticas* (1ª). Lisboa: Ministério da Educação.
- Roldão, M. do C. (2013). Desenvolvimento do currículo e melhoria de processos e resultados.
- Roy, M. (2016). «Laudato si'», Cáritas y la ecología integral». Em *Loado seas, mi señor. Comentario a la encíclica Laudato si' del papa Francisco* (pp. 145–161). Madrid: Bac.
- Santos, F. (2007). *Que futuro? Ciência, tecnologia, desenvolvimento e ambiente*. (1ª). Lisboa: Gradiva.
- Sanz Montes, J. (2016). Educación y espiritualidade ecológica: una visión franciscana. Em *Loado seas, mi señor. Comentario a la encíclica Laudato si' del papa Francisco* (pp. 47–76). Madrid: Bac.
- Schafer-Guignier. (1999). *Ecología e Cristianismo*. Porto: Editorial Perpétuo Socorro.
- Schmidt, L. (2008). Políticas Ambientais em Portugal – processos e insucessos entre o “global” e o “nacional”. Obtido a 03 de Maio de 2016, de <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/256.pdf>
- SNEC. (2014). *Programa de educação moral e religiosa católica* (1ª). Snec.
- Stella, B. (2016). El cuidado del medio ambiente y el cuidado de la persona. Em *Loado seas, mi señor. Comentario a la encíclica Laudato si' del papa Francisco* (pp. 39–45). Madrid: Bac.

- Tatay Nieto, J. (2015). De la «cuestión social» a la cuestión «socio-ambiental». implicaciones de Laudato si' para la DSI. Em *Cuidar de la Tierra, cuidar de los pobres. Laudato Si' desde la teología y con la ciencia*. (pp. 169–184). Cantabria: Sal Terrae.
- Tauran, J.-L. (2016). La conversión a una ecología integral. Em *Loado seas, mi señor. Comentario a la encíclica Laudato si' del papa Francisco* (pp. 17–20). Madrid: Bac.
- Turkson, P. (2016). La conversión ecológica. Em *Loado seas, mi señor. Comentario a la encíclica Laudato si' del papa Francisco* (pp. 21–38). Madrid: Bac.
- UNEP. (2016). Healthy environment, healthy people. Obtido a 14 de Fevereiro de 2017, de <http://www.unep.org/about/sgb/Portals/50153/UNEA/K1602727%20INF%205.pdf>
- Varanda, I. (2003). Da preocupação ecológica como retorno ao Deus criador. *Theologica*, 38, 187–306.
- Varanda, I. (2010). A Ecologia como chave hermenêutica da Criação e da Evolução. *Theologica*, 45(2).
- Vaz, S. (2016). *Ambiente em Portugal* (FFMS). Lisboa.
- Vaz, S., & Delfino, Â. (2010). *Manual de Ética Ambiental*. Lisboa: Universidade Aberta.
- White, L. (1967). The historical Roots os Our Ecologic Crisis. *Science*, 155(3767), 1203–1207.
- Zanon, D. (2012). *Para Ler o Concílio Vaticano II*. Apelação: Paulus.

Índice

Resumo:.....	3
Abstract:	4
Introdução	5

CAPÍTULO I ECOLOGIA - ESTADO DA QUESTÃO

1. Um século de ecologia	11
1.1 Aparecimento da ecologia, seus domínios e importância.....	11
1.2 Acontecimentos, autores e instituições mais relevantes.....	14
1.3 De Estocolmo a Paris.....	17
2. Ecologia nos documentos e pronunciamentos da Igreja.....	24
1.2.1 João XXIII e o II concílio do Vaticano	24
2.2 Paulo VI	26
2.3 João Paulo II e Bento XVI	28
3. Estado da casa comum.....	33
3.1 Mudanças climáticas e responsabilidade humana	34
3.2 Poluição.....	35
3.3 A questão da água.....	36
3.4 Perda da biodiversidade.....	38
3.5 Pobreza, exclusão e desigualdades	39

CAPÍTULO II A ECOLOGIA DA LAUDATO SI'

1. A pedagogia do diálogo	44
1.1 O diálogo depois do Concílio	44
1.2 Diálogo realizado	45
1.3 Diálogo proposto	47
1.4 Alguns critérios inspiradores do diálogo.....	50

2. Ecologia integral	53
2.1 Várias dimensões, uma ecologia	53
2.2 “Bem-comum”	56
2.3 Outros princípios de uma ecologia integral	58
3. Conversão ecológica	62
3.1 Urgência de conversão	63
3.2 Motivações, virtudes e atitudes para um novo estilo de vida.....	65

CAPÍTULO III
ECOLOGIA E VALORES - PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

1. Caraterização da realidade escolar	71
2. Gestão do currículo	73
2.1 Planificação anual e por período.....	73
2.1.1 Planificação anual.....	73
2.1.2 Planificação por período.....	74
3. Sequência do processo ensino aprendizagem	81
4. Reflexão crítica da gestão do currículo	94
5. Atividades de enriquecimento curricular e de integração na comunidade educativa .	96
6. Balanço crítico do desempenho.....	103
Conclusão.....	110
Bibliografia.....	114

